

# Cadernos do Nordeste 11

fevereiro/2001



## **Conjuntura Política**

A análise de uma década de eleições no Nordeste e a síntese do 13º Seminário Regional de Análise de Conjuntura

## **Gestão Pública**

Como a sociedade pode ampliar o controle sobre os recursos públicos?

## **Projeto Nacional**

Qual o reflexo do processo eleitoral nos rumos da economia brasileira?

E mais: na era da *transnacionalização* da economia, é possível se constituir como nação autônoma e continuar integrado ao sistema capitalista?



**ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES**

Rua Inajá, 117 Coqueiral Recife (PE)

CEP 50791-060

e-mail: [equip@truenet.com.br](mailto:equip@truenet.com.br)

Telefax: (81) 3455 2517

**CONSELHO DIRETOR**

Francisca Carvalho

Acácio Araújo

Antônio José Cunha

Jean Marie Van Damme

Risadalvo Silva

Geusomar Ferreira

Ilena Barros

Rosângela Alves

José Pedro Neto

**CONSELHO FISCAL**

Eulina Moraes

Divaneide Basilio

Boaventura Gomes

Margareth França

**EQUIPE DE EDUCADORES(AS)**

Carmen Sílvia

Flávio Lyra

Francisco Mesquita

Henrique Cossart

Joana D'Arc Silva

Joana Santos

Luciene Mesquita

Paula de Andrade

Paulo Afonso Brito

Wout van Oosterhout

**EQUIPE ADMINISTRATIVA**

Edgar Amorim

Francisco Cruz

Nancy Portela

Regina Pinheiro

Rildo Veras

Rose Soares

Valdênio Sabino

Edileuza Duque

Maria José de Barros

Washington Marçal

**CADERNOS DO NORDESTE 11**

**Textos**

Carmen Sílvia

Cleide Bernal

Neyde Nery

Paulo Afonso Brito

Paulo Rubem Santiago

**Revisão de Texto**

Luciene Mesquita

Carmen Sílvia

Paulo Afonso

Regina Pinheiro

Joana Santos

**Edição**

Paula de Andrade

**Projeto Gráfico**

Carlos Amorim

**Circulação**

Valdênio Sabino

**Tiragem**

1.500 exemplares

**Impressão**

Color Print

# Sumário

**Breve e recente evolução da conjuntura político-eleitoral do Nordeste brasileiro ..... 5**  
Paulo Afonso Barbosa de Brito

*Para enriquecer a análise da atual conjuntura política, o sociólogo Paulo Afonso interpreta fatos importantes ocorridos em uma década de eleições, desde 1988.*

**Sobre o Projeto Nacional, depois das eleições 2000 ..... 8**  
Cleide Bernal

*Percorrendo as bases do compromisso neoliberal e abordando temas como globalização financeira, Plano Real e privatizações, a economista Cleide Bernal trata da necessária restauração da capacidade de fazer política econômica soberana, na perspectiva de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional.*

**O Nordeste que Sai das Urnas  
Perspectivas de Participação Popular ..... 12**

*Uma síntese dos principais momentos do 13º Seminário Regional de Análise de Conjuntura promovido pela EQUIP e realizado de 22 a 25 de novembro de 2000, em Recife. O texto apresenta dados regionais e recomendações para a atuação dos movimentos sociais populares após as eleições municipais de 2000.*

**Quem toma conta do dinheiro público no Brasil? ..... 20**  
Paulo Rubem Santiago

*Deputado estadual pelo PT de Pernambuco, Paulo Rubem Santiago analisa a conjuntura política, após as eleições municipais de 2000, chamando a atenção dos movimentos sociais populares e sindicais para a gestão dos recursos públicos. E, neste propósito, Santiago provoca a todos do campo democrático-popular descrevendo limites, apontando desafios e algumas polêmicas.*

**Sobre a idéia de Projeto Nacional ..... 25**  
Carmen Silvia

*Para tratar da natureza contraditória do capitalismo dependente e a formação da nação, entendida com a necessária autonomia, a autora foi buscar o pensamento de Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Celso Furtado, tendo como apoio a interpretação que deles faz Plínio de Arruda Sampaio Jr., e ainda o conceito de nação desenvolvido por Hobsbawm. O artigo discute quais as potencialidades que a idéia de nação apresenta para um processo de mobilização popular em torno de um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda.*

# Breve e recente evolução da conjuntura político-eleitoral do Nordeste brasileiro 1988 – 1998

Paulo Afonso Barbosa de Brito<sup>1</sup>

A conjuntura atual, ainda embalada pela euforia dos resultados eleitorais, apresenta-se com enorme e gigantesca tarefa, com espetaculares desafios colocados para os movimentos sociais populares e os setores democráticos. Não pode haver lugar para desespero e medo, mas para a coragem de agir, de encontrar explicações e respostas que tenham sentido real frente às condições históricas, estruturais e subjetivas da Região Nordeste. É preciso sair do discurso fácil, das respostas prontas, das afirmações de efeito - que são muito bonitas para o debate ideológico, mas vazias para entender e explicar a realidade concreta, e portanto, para encontrar e construir os caminhos para sua transformação.

Cresce entre dirigentes, lideranças, animadores, educadores populares e demais lutadores(as), bem como de outros segmentos democráticos da Região, o interesse e o empenho pelo conhecimento mais profundo do comportamento eleitoral do povo nordestino. Considera-se que este é um caminho importante para transformações mais profundas e necessárias à Região e ao País.

A realidade da Região Nordeste do Brasil tem mudado, também mudou a ação dos movimentos sociais, bem como a participação política do povo. Desde 1988, quando ocorreram as primeiras eleições municipais gerais depois da ditadura militar, muita coisa tem mudado. Naquele ano, o bloco político articulado em torno da “Nova República”, que dava sinais de semimorta, e o governo Sarney - expressão dirigente deste bloco, mergulhava no esquema de fisiologismo e corrupção, apresentado-se para a população sem credibilidade para realizar qualquer política séria. Com este sentimento popular, houve enorme crescimento da opinião pública popular oposicionista, sendo o Partido dos Trabalhadores (PT), o foco principal desta posição, elegendo prefeitos em importantes municípios, como São Paulo, Porto Alegre, Vitória, Diadema. No Brasil, e principalmente nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste há enorme crescimento dos partidos de esquerda e centro-esquerda.

Mas no Nordeste foi diferente! O *voto de opinião*, crescente em todo o País, não seguiu a mesma tendência no Nordeste. Aqui, apesar de parecer superado o *voto de cabresto*, percebe-se como a situação de insegurança popular a respeito da própria sobrevivência, deixa o povo mais vulnerável ao imediatismo, permanecendo forte influência do voto de clientela. Na Região, as vitórias foram divididas entre os diversos setores das elites dominantes: a direita tradicional, truculenta e “*coronelista*”; a nova e reciclada direita, que se apresenta como de “centro”, fazendo a crítica ao *coronelismo* e ao fisiologismo, que tem como expoentes principais Tasso Jereissati, no Ceará, e Joaquim Francisco, em Pernambuco; a direita populista, com inclinações típicas do

clientelismo e controle dos setores populares. Mesmo assim, principalmente nas capitais, mas também em poucos e pequenos municípios, percebe-se a presença do *voto de opinião* e do *voto ideológico*, que elege um pequeno número de vereadores e algumas poucas prefeituras na Região por partidos de esquerda.

Em 1989, o Nordeste surpreendeu. Desde o primeiro turno da eleição já ocorre a polarização entre Collor e Lula, o que garantiu a ida deste para o segundo turno. Apesar de Collor ter vencido em todos os estados, Lula foi vitorioso, no primeiro turno, em 5 capitais: Recife, João Pessoa, Natal, Teresina e Salvador. No Nordeste, Lula ficou em segundo lugar na votação, com 20% dos votos, enquanto no País, na média nacional, recebeu 16% dos votos.

Diante deste quadro, com a ida de Luís Inácio para o 2º turno, todos os setores das elites locais, associados à burguesia nacional, são cobrados por esta a cumprirem seu papel no bloco hegemônico nacional e, portanto, investiram maciçamente *todas as fichas e cartuchos*. O resultado foi um dos maiores desastres que o Brasil testemunhou em toda sua história.

Importante registrar que, no segundo turno, diferente do primeiro, Lula teve no Nordeste votação proporcionalmente inferior a sua média nacional (33,61 % contra 37,86%), mas saiu vitorioso em todas as capitais (com exceção de Maceió) e no estado de Pernambuco.

O governo Collor, e a década de 90, marcam a expansão do neoliberalismo no Brasil através do “Consenso de Washington”, que traçou o receituário básico para nova fase do capitalismo na América Latina e, para a qual contou com a adesão subordinada e submissa das elites nacionais. Entre as conseqüências mais visíveis no Nordeste, destaca-se a destruição de agências de promoção de desenvolvimento, como a SUDENE, reduzindo as políticas públicas às políticas compensatórias o que tem possibilitado uma reciclagem e revigoramento do velho clientelismo.

Neste contexto, realizaram-se as eleições de 1990 para governadores, senadores, deputados federais e deputados estaduais. Os resultados na Região são extremamente desfavoráveis para os setores democrático-populares e progressistas. Movidos também pelos dólares corrompidos do esquema “*collorido*”, o Nordeste garante a direita no Congresso Nacional, e se mantém no controle dos governos estaduais e Assembléias Legislativas. Revelando como é do Nordeste que a direita mais reacionária, retira os votos para, por um lado garantir a manutenção dos seus privilégios e instrumentos de controle e dominação, e por outro, oferecer à burguesia nacional os votos necessários para seus projetos no

Congresso Nacional, ainda que estes projetos sejam de submissão da nação ao capital financeiro internacional.

Alguns números revelam esta afirmação: o PFL elegeu 06 dos 09 governadores (BA, SE, PE, RN, PI, MA), além de controlar o PSC, que ganhou em Alagoas. Fora disso, ficou só o PMDB na Paraíba e o PSDB no Ceará. A representação no Congresso Nacional, também apresenta um quadro revelador: na Câmara Federal dos 82 deputados eleitos pelo PFL no país, 48 são do Nordeste (58,53%). Dos 40 eleitos pelo PRN, 14 são do Nordeste (35%). No Senado, dos 16 senadores eleitos pelo PFL, 09 são do Nordeste (56,25%), dos 05 eleitos pelo PRN, 03 são do Nordeste (60%).

Mas esta euforia da extrema direita no Nordeste não durou muito. Em 1992, percebe-se nova virada: toda a mobilização estudantil e popular pelo *impeachment* do Presidente Collor tem conseqüência no processo eleitoral. O estouro do escândalo de corrupção despertou na população: por um lado, o *desgaste* por ter sido enganada, iludida, o que provocou grande índice de abstenção eleitoral, com os votos nulos e brancos. Por outro lado, a *revolta* despertou interesse pela oposição da esquerda a centro esquerda, uma vez que no Nordeste todos os segmentos da direita estavam comprometidos com o governo Collor.

Desta vez, o Nordeste acompanhou a tendência nacional, principalmente nas capitais: o PSDB saiu vitorioso em Teresina, e em Salvador, onde uma frente de centro esquerda, conduzida por uma ex-comunista saiu vitoriosa. O PDT venceu em Aracaju - com o apoio da esquerda no segundo turno; e em João Pessoa, disputou o segundo turno contra o PT. O PSB elegeu o prefeito de Maceió coligado com o PT - abrindo um caminho de mudança política nunca visto na história política de Alagoas -, e estendeu sua vitória até São Luiz (enfrentando candidatos de Sarney e do governador), e Natal (onde não apresenta características populares nem de esquerda). O PMDB elegeu em Recife (com um candidato com trajetória de centro esquerda) e em Fortaleza.

Apesar do PFL ter sido fervorosamente derrotado nas capitais, continuou controlando a grande maioria dos pequenos municípios. O PMDB também continuou sua tendência de queda na Região. O PDS diminuiu muito seu número de eleitores, e o PRN quase desapareceu.

Os poucos partidos que cresceram, ou estavam representados na esquerda, ou tinham imagem de centro-esquerda: o PSB elegeu 03 prefeitos nas capitais, e só em Pernambuco 30 prefeituras no interior (das 60 que conseguiu no País). Tudo isso colado à figura histórica de Miguel Arraes e seu esquema político. O PSDB consolidou sua presença no Estado do Ceará, e cresceu no Piauí, iniciando também uma trajetória para direita, aproximando-se do PFL. O PT reelegeu prefeitos nos três municípios que governava: Jaguaquara (BA), Janduí (RN), Icapuí (CE), e conquistou mais oito prefeituras, além de um significativo número de vereadores em toda Região Nordeste.

Em 1994 o Plano Real “venceu” a eleição presidencial e influenciou os processos eleitorais nos Estados. Fernando Henrique, da Aliança PSDB/PFL/PTB, venceu as eleições já no 1º turno, embora tenha havido grande crescimento na votação de Lula (16 % no 1º

turno em 1989 para 27% em 1994), os demais candidatos tiveram votação vergonhosa. Na Região Nordeste, Lula teve sua melhor votação em termos regionais com 30,4 % dos votos, contra 57% para FHC. Na média geral do País, FHC teve 54,3% dos votos, contra 27% de Lula.

No que se refere aos resultados eleitorais nas capitais, esta diferença ficou bem menor, 50,7% para FHC, contra 32% para Lula. Especialmente no Nordeste, verificou-se empate eleitoral, com 43,9% para FHC, contra 43,3% para Lula, destacando-se ainda importantes vitórias para Lula em Salvador (50,8% contra 37,4%), em São Luiz (39,5% contra 37,8%), em Teresina (51,5% contra 34,1%), em Aracaju (53,2% contra 30,3%), e empate técnico em Recife.

Quanto à eleição para os governos estaduais, ocorreu o seguinte resultado: PFL elegeu dois governadores (BA e MA); o PMDB, quatro (PI, RN, PB e AL); o PSDB dois (CE e SE); e o PSB um (PE).

A representação nordestina no Congresso Nacional repetiu a tendência anterior: a direita continua “*deitando e rolando*”, retirando da Região os votos que necessita para tocar seus “negócios” em nível federal. Dos 89 deputados federais eleitos pelo PFL, 51 saem do Nordeste; dos 19 senadores (somados com a bancada anterior) que conseguiu eleger no Brasil, 10 são do Nordeste.

Também do lado dos partidos de esquerda houve um tímido crescimento: o PSB elegeu o governo de Pernambuco e dez deputados federais na Região, sendo sete de Pernambuco, além de uma numerosa bancada (16) na Assembléia Legislativa deste Estado. No entanto, o partido continua sem uma expressão nacional forte e reconhecida. Os resultados obtidos pelo PT revelam uma distância entre a votação presidencial (mesmo que aí seja da Frente Brasil Popular) e as votações estaduais e parlamentares. Em nível nacional, o partido elegeu governos no Espírito Santo e em Brasília. Dos 49 deputados federais eleitos no País, apenas sete eram do Nordeste, mas o partido elegeu 20 deputados estaduais, marcando sua presença em todas as Assembléias Legislativas dos estados da Região.

Em 1996, de novo as eleições municipais revelam crescimento das forças políticas populares, ainda que sem quebrar a hegemonia das forças tradicionais. Nas votações das capitais nordestinas, a esquerda ou se apresentava no centro da polarização ou aparecia como a terceira força mais votada. O quadro ficou assim desenhado: o PFL ganhou em Recife e Salvador; o PMDB em Fortaleza, João Pessoa e Aracaju; o PSB em Maceió e Natal; o PSDB em Teresina; o PDT em São Luiz. Ou seja, a esquerda, apesar de ter estado no centro de disputa, ganhou apenas em São Luiz e Maceió, onde houve uma política de aliança cuidadosamente construída.

No interior, o PFL continuou sendo o partido com maior controle de prefeituras, com destaque para os estados da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Piauí. O PMDB domina na Paraíba; o PSDB controla no Ceará e Sergipe; e o PSB polariza em Pernambuco.

O chamado “campo democrático-popular” enfrentou grandes dificuldades para se consolidar enquanto um campo político. Apesar do esforço e desempenho da frente ética, em São Luiz, ocorreram acirradas disputas no interior deste campo em várias

idades, como Maceió, Natal, Teresina. A frente de centro-esquerda que havia vencido a eleição passada, em Salvador, despedaçou-se durante o governo, que sofreu também grande perseguição do esquema “carlista” baiano, saindo fragorosamente derrotada pelo PFL.

A política de alianças mais amplas, por parte dos partidos de esquerda, tem por um lado aparecido como possibilidade de descongelar a política tradicional em vários municípios do interior, criando novas polarizações. Por outro lado, há temores e riscos de descaracterização. Isso porque tais alianças são realizadas principalmente a partir da análise de conjuntura local, com forte interesse pragmático, destacando-se a dimensão programática local como instrumento aglutinador, e a oposição a forças políticas vinculadas à violência do latifúndio e a corrupção no trato da coisa pública.

As eleições de 1998 expressaram sua face mais vergonhosa no escandaloso concubinato entre os institutos de pesquisa e os meios de comunicação de massa, no sentido de fabricar dados para induzir resultados favoráveis à reeleição de FHC e seus aliados nos estados. O exemplo escandaloso das pesquisas em São Paulo retirando intenção de voto de Marta Suplicy para o voto útil anti-Maluf foi apenas um exemplo do que ocorreu no País. Mas essa aliança não se esgotou entre os institutos de pesquisa e empresas de comunicação, alcançando demais setores de empresariado e do poder judiciário.

Apesar desse esquema, a oposição teve importantes vitórias: o PSB elegeu os governadores de Alagoas e Amapá, estados de grande complexidade administrativa, dadas as condições estruturais e sua trajetória política. O PT elegeu governadores em três estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Acre, todos com peculiaridades significativas no cenário nacional. Além disso, no segundo turno, as esquerdas se coligaram a candidaturas em determinado “campo democrático”, nos estados de São Paulo e Minas Gerais, para isolar a direita mais truculenta. Saindo vitoriosas tais candidaturas, este apoio passou a ter conseqüência na forma e exercício dos governos eleitos.

Para o Nordeste, tais eleições não provocaram grandes novidades nem mudanças. Verificou-se o festival de reeleições: o PFL na Bahia e Maranhão, o PMDB na Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, o PSDB no Ceará e Sergipe. A novidade foi a aliança PMDB – PFL, que ganhou o governo de Pernambuco num palanque que uniu inimigos históricos com o objetivo de derrotar a Frente Popular, e na perspectiva de tornar-se uma nova e duradoura hegemonia no Estado, com um projeto de poder de longo prazo, subordinado à doutrina do “Consenso de Washington”. Também em Alagoas houve mudanças significativas: uma frente de centro-esquerda, dirigida pelo PSB, saiu vitoriosa nas urnas, depois do Estado estar enfrentando um período de “terra arrasada”.

Quanto à bancada do Nordeste no Congresso Nacional, não houve significativas mudanças, apesar de espetaculares votações para deputados federais do PT, como Hélio Pellegrino e Waldir Pires na Bahia, Marcelo Deda em Sergipe, Inácio Arruda (do PC do B) em Fortaleza, Wellington Dias, no Piauí. Para o Senado, a

grande novidade foi a eleição de Heloísa Helena, do PT de Alagoas, para somar-se a outro nordestino petista no Senado, José Dutra, de Sergipe.

Do ponto de vista numérico, em todos os estados as Assembléias Legislativas se mantêm com pequenas bancadas representando os setores democráticos-populares e as lutas sociais, o que exige desse campo político maior dedicação e reflexão de suas práticas, e análises da participação de parlamentares comprometidos com as lutas populares em tais espaços, bem como dos caminhos para ampliá-los.

**1 Paulo Afonso Barbosa de Brito** tem 42 anos. É paraibano, sociólogo e mestre em Sociologia. Como educador da EQUIP, atua principalmente na comissão do Programa de *Formação Cidadã para Jovens*.

# Sobre o Projeto Nacional, depois das eleições 2000

Cleide Bernal<sup>1</sup>

## O Nascimento e a maturação do projeto neoliberal

*“A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevaência de estruturas de decisões transnacionais, voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. A questão maior que se coloca diz respeito ao futuro das áreas em que o processo de formação do Estado nacional se interrompe precocemente”.* (Celso Furtado, em *A Construção Interrompida*, 1992 p. 24).

Naturalmente, esta referência diz respeito a uma trajetória de construção do desenvolvimento brasileiro sob o comando do Estado-Nação, que começou a ser edificado na era Vargas, com a criação de instituições, organismos e empresas estatais voltadas para a montagem de uma estratégia de desenvolvimento nacional autônomo, que se interrompe nos anos 80. Aquela trajetória teve continuidade com o projeto “*grande potência*”, do governo Geisel, na década de 70, com a implantação de grandes projetos de infraestrutura e da indústria de bens de capital.

Esta via encontra enormes dificuldades de continuidade, com a escassez de recursos para financiamento frente à crise da dívida e a falência do Estado brasileiro, no início dos anos 80. A chamada *década perdida* se configura como um período crítico para o desenvolvimento brasileiro: as tentativas de retomada do crescimento no período Sarney foram infrutíferas, o governo foi acudado pela inflação desenfreada, o que favoreceu o crescimento e a retomada do movimento sindical em bases consistentes, com a criação de três centrais sindicais CUT, CGT e Força Sindical, além do florescimento dos movimentos populares ligados aos movimentos contra a carestia.

É no Governo Collor que o compromisso neoliberal é assumido explicitamente, com as tentativas de quebra da organização dos trabalhadores e com a aplicação de projetos de cunho liberal inspirados no Consenso de Washington. A corrupção e a incompetência levaram Collor a interromper a sua ousada cruzada neoliberal iniciada em 1990.

O Plano Real, inspirado por Fernando Henrique Cardoso ainda como ministro do governo de Itamar Franco, é o passaporte para a verdadeira quebra do projeto nacional, com a destruição do Estado-Nação e de tudo que foi criado na era Vargas. Carlos Lessa, sabiamente, vem denominando esta década que chega ao fim, como a *fernandécada*, que se caracteriza - antes de tudo - pela estagnação e pela destruição do projeto nacional. Com a reforma da Constituição de 88, a mais democrática que tivemos em toda a República, FHC

destruiu as instituições de defesa do trabalhador, entregou ao capital internacional as riquezas do solo brasileiro, vendeu a *preços de banana* as empresas estatais e, com a inserção subordinada à globalização financeira, expôs o sistema econômico à ganância do capital privado internacional. E - para completar a destruição de todo e qualquer projeto nacional, para manter o Real com elevadíssimas taxas de juros desde a sua implantação - vem rolando uma dívida interna sem precedentes na história do País.

## Endividamento

FHC assumiu o primeiro governo com uma dívida do setor público em torno de R\$ 63 bilhões, chegando hoje a R\$ 544 bilhões. E, para salvar o Real da crise de fevereiro de 98, submeteu o País ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI), contraindo uma dívida que, hoje, monta US\$ 233 bilhões (em 1996, a dívida externa era de R\$ 180 bilhões).

A vulnerabilidade externa do Brasil, no governo de FHC, vem se agravando por diversos fatores. Além do endividamento externo, o elevado déficit nas contas de transações correntes do balanço de pagamentos, provocado pela entrada massiva de capitais estrangeiros através das privatizações e das fusões e aquisições em escala global, além do deslocamento de investidores internacionais para os diversos segmentos da infra-estrutura econômica. A desnacionalização econômica aumenta ainda mais a elevada vulnerabilidade externa brasileira, sobretudo porque a entrada de capital estrangeiro no setor de serviços - principalmente nos de utilidade pública - vão gerar pressões crescentes no balanço de pagamentos.

Também devemos frisar que a entrada de empresas estrangeiras na prestação de serviços públicos, sob a forma de monopólio ou oligopólio, gera interferência de poder externo na esfera pública, sem o necessário aparato regulatório. Ainda mais, porque essas empresas continuarão pressionando o balanço de pagamentos do Brasil por meio das remessas de lucros e dividendos para o exterior, sem gerar contrapartida em receitas de exportação.

Sobre esses processos de concentração econômica e de desnacionalização do Estado brasileiro Reinaldo Gonçalves (*Globalização e Desnacionalização*, 1999) adverte:

*“(...) a fragilização institucional do Estado e a abertura externa nas esferas comercial, financeiro-monetária, tecnológica*

*e produtivo-real durante o governo FHC provocam incertezas críticas e riscos elevados quanto ao futuro do Estado nacional e, portanto, da democracia e da sociedade brasileira” (p. 199).*

Na realidade, assistimos, nos anos 90, a passagem do Estado-desenvolvimentista para o Estado-patrimonialista, onde os capitais privados movem-se numa orgia de apropriação do patrimônio da Nação, construída com os esforços de cada cidadã e de cada cidadão brasileiro, que em troca disso são submetidos ao desemprego e às indecisões sobre o próprio futuro, diante da incapacidade de resistir à onda desenfreada do mercado.

A mordaca imposta a trabalhadores e a trabalhadoras, bem como a seus sindicatos; a destruição da classe média; e a sobrecarga de impostos lançada sobre os assalariados compõem os outros traços marcantes destes anos de chumbo. Na sua ânsia destruidora e fascista, FHC lança agora sua veemente vingança contra o MST, com injúrias através da mídia, tentando desestabilizar o Movimento que alcançou um elevado nível de aceitação da sociedade, fazendo, por sua conta e risco, a reforma agrária que nunca será promovida por este Governo.

Referindo-se à hegemonia do projeto liberal das nossas elites econômicas, políticas e dos seus intelectuais orgânicos, Fiori (*Celso Furtado e o Brasil, 2000*) levanta a hipótese de que o País hoje esteja sendo conduzido por uma aliança verdadeiramente “antropofágica” e bem sucedida entre o “cosmopolitismo” dos jardins paulistas, atrelado às “altas finanças internacionais”, e o “localismo” dos donos do “sertão” e da “malandragem” urbana: *“uma aliança de poder que estaria conseguindo, finalmente, concluir a construção interrompida de um projeto secular de inserção internacional e transnacionalização interna de centros de decisão e de estruturas econômicas brasileiras” (p. 55).*

Em relação à questão regional, o Estado liberal conservador foi abolindo pouco a pouco o que restava das políticas públicas compensatórias, alegando a integração do Nordeste com os mercados do resto do País e a convergência dos níveis de renda real *per capita* entre regiões. Com isto, os estados do Nordeste foram abandonados pelo Governo Federal à própria sorte, onde os mais agressivos, como o Ceará, a Paraíba e a Bahia, lançaram-se numa acirrada guerra fiscal em busca dos capitais privados. O mapa do Nordeste foi *diminuído* no Programa Avança Brasil e os investimentos federais passaram a se concentrar ainda mais no eixo Sul/Sudeste, seguindo o movimento dos capitais privados.

A crise que hoje se abate sobre a Argentina é digna de atenção por todos os brasileiros, na medida em que o modelo de inserção internacional assumido é semelhante ao nosso, com pequenas diferenças no campo econômico. A Argentina privatizou todas as suas estatais, “dolarizou” a moeda nacional e se expôs ao capital forâneo, mas hoje se encontra mergulhada na recessão e com uma dívida impagável perante o FMI. Nesta crise, o país contrai nova dívida pra pagar o que deve, tendo pra isso que entregar o sistema de saúde e de previdência para os capitais privados. Será este o nosso futuro?

## **Eleições 2000**

Como resposta a esse quadro de destruição do Estado-Nação, as oposições ao governo FHC cresceram de forma espetacular nestas eleições. Nas 62 maiores cidades do país, com mais de 200 mil eleitores, os partidos de oposição conseguiram manter 13 dos 18 municípios - ou seja, 72% - devendo governar 19.391.488 eleitores dos 36.395.884 existentes no país. Só o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu 187 prefeitos e 2.485 vereadores em todo o Brasil, devendo governar 14.418.076 eleitores em cidades médias e grandes do interior, e em seis capitais, onde se destaca São Paulo, tanto pela complexidade e tamanho da cidade, como por ser o maior orçamento municipal do país.

Por outro lado, os partidos governistas tinham 44 prefeituras nas cidades com mais de 200 mil eleitores, baixaram para 33 e governarão 17.004.396 eleitores, estando visivelmente numa situação de inferioridade nestas cidades. No entanto, os chamados *grôões* continuam votando nos partidos governistas, ora pela massificação da mídia, ora pelo elevado índice de analfabetismo e acúmulo de necessidades vitais, que submetem a população aos políticos tradicionais. São os *currais eleitorais*.

Para Frei Beto (*Folha de São Paulo, 05/11/2000*), isto não é apenas uma vitória das oposições, mas sobretudo uma responsabilidade, pois houve uma rebelião ética do eleitorado. Para Conceição Tavares (*Folha de São Paulo, 05/11/2000*), estas eleições não foram apenas uma vitória moral das oposições, mas uma vitória política das forças populares. Foi, na realidade, a resposta dos eleitores à impunidade de tantos corruptos, à malversação do dinheiro público e à decepção com FHC em seu governo autocrático, fascista e destruidor do patrimônio público nacional. Estes resultados se apresentam como uma adesão do eleitor à ética e à competência do “modo petista de governar”, consagrado em Porto Alegre e em muitos outros municípios governados pelo PT. Entretanto, vale ressaltar que o PT foi derrotado em 47% das prefeituras (49 cidades) que administra hoje e não tem prefeitos - nem terá - em quatro estados: Alagoas, Amazonas, Espírito Santo e Roraima.

A transparência na gestão dos recursos públicos, a ética na política e a identificação com os anseios dos trabalhadores e com os excluídos socialmente têm levado o PT a ganhar a simpatia do eleitorado. As experiências exitosas de administração popular, com o orçamento participativo, a bolsa-escola, o banco do povo, o médico de família e a renda mínima, são propostas que podem ser pensadas em um nível maior de envolvimento com o poder público, como foi a experiência abortada de orçamento participativo, no estado do Rio de Janeiro, com a saída do PT da administração do Governador Anthony Garotinho.

O orçamento participativo como instrumento de política pública - embora já desgastado por algumas administrações “pseudoprogressistas” - deve ser revigorado e ampliado pelas administrações petistas. Hoje, 70 prefeituras utilizam o orçamento participativo como política pública. A partir de 2001, 130 prefeituras

deverão adotá-lo, estimulando a participação cidadã e criando instrumentos de transparência na gestão pública.

O caso do Rio de Janeiro é emblemático. A eleição no município carioca, com 4.239.216 eleitores, foi a metáfora que faltava para expor as rachaduras internas do PT e responsabilizá-lo pela eleição de um prefeito conservador, de oposição e identificado com a política de *caciques*, por não ter investido numa candidatura de esquerda. César Maia é opositorista por oportunismo, é filiado ao PTB, mas já esteve no PMDB, PDT e PFL, tendo sido eleito com o apoio - além de negociações explícitas - com Ciro Gomes (PPS) para as eleições de 2002.

## As eleições de 2002 e o Projeto Nacional

Os resultados eleitorais indicam que duas grandes capitais serão vitrines do PT até 2002: São Paulo, pela importância e magnitude do orçamento da cidade e como centro industrial que concentra o poder da burguesia industrial; e Recife, pelo que representou em termos de ruptura com as oligarquias tradicionais do Nordeste e por ser o primeiro experimento do PT em uma capital nordestina (considero a eleição de Maria Luiza, em Fortaleza, em 1986, como a de César Maia, no Rio de Janeiro, este ano. Ela estava no PT, mas não incorporava o partido). Em São Paulo e Recife os problemas administrativos serão gigantescos, para se mostrar resultados até 2002.

Em quase todos os municípios, à exceção de Porto Alegre e outros onde o PT ou alianças de esquerda já vem governando e se consolidando como força política, as dívidas deixadas pelas administrações anteriores poderão inviabilizar uma boa administração, tendo em vista a enorme dívida social, a magnitude dos problemas urbanos e a ausência de políticas públicas urbanas. Outro fator relevante é, sem dúvida, o *descaramento* do Governo Federal junto ao Judiciário, na interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal, determinando que só as dívidas contraídas depois de 20 de outubro serão regidas pela nova Lei.

Pela importância de São Paulo, que certamente será a principal vitrine do PT, vou me deter em alguns elementos de avaliação da administração popular de Marta Suplicy. A prefeita vai receber uma máquina endividada, oriunda de uma administração corrupta e viciada em práticas políticas escabrosas herdadas do “malufismo”, além do *status* da “cidade como mais violenta do País”, com cerca de 20% de desempregados. O orçamento da prefeitura de São Paulo para 2001 é de R\$ 8,2 bilhões em termos de compromissos a pagar e a receita prevista é de R\$ 7,9 bilhões. Logo, resta um déficit de R\$ 312 milhões a cobrir, sem incluir os recursos estimados para os programas do PT, que montam R\$ 232 milhões de reais (renda mínima, bolsa-trabalho, banco do povo, qualificação profissional e alfabetização de adultos). Além disso, a dívida de longo prazo do município de São Paulo, renegociada com o Governo Federal, chega a R\$ 17,9 bilhões, mais de duas vezes o seu orçamento municipal.

Dois estratégias já tomadas pela prefeita eleita parecem

alentadoras. A primeira delas, recorrer aos organismos multilaterais - BID e Banco Mundial - para obtenção de empréstimos de longo prazo, apesar das dificuldades que certamente encontrará, já que esses organismos em geral exigem parcerias com o governo central ou estadual. E a segunda, convidar para secretário de Finanças um técnico reconhecido pela sua competência e proximidade com o *grupo de Campinas*, podendo ser uma figura mediadora entre o Governo Federal e o empresariado paulista. João Sayad é amigo pessoal de Marta e quando foi Ministro do Planejamento de Sarney teve uma postura ética quando discordou dos aumentos abusivos dos preços após o “estelionato eleitoral”, em 1996, durante a vigência do Plano Cruzado. Portanto, as dificuldades em São Paulo são incomensuráveis. Entretanto, é possível fazer cortes no orçamento e priorizar os programas assumidos com os eleitores na campanha, tendo em mente as necessidades mais imediatas da população mais pobre.

Em todo caso, tanto em São Paulo, como em Recife e nos outros municípios que serão governados pelo PT e por alianças dos partidos de esquerda, o sucesso destas administrações e, conseqüentemente do projeto político, vai depender: da competência técnica e política do secretariado; do respeito aos movimentos populares autônomos, sem paternalismo ou exclusão; e da capacidade de fortalecer as organizações dos trabalhadores e dos socialmente excluídos. E, citando mais uma vez Frei Beto, “*se não quiser repetir a via dos antigos partidos de esquerda da Europa, cooptados pela social-democracia, o PT não pode negar suas origens nem esquecer o que falou e escreveu*”.

Sobre as possibilidades em 2002, os trinta meses de governo das oposições dirão muito sobre o sucesso eleitoral na próxima eleição presidencial. As possibilidades reais de mudança de poder vão depender de como ficará a correlação de forças daqui pra frente, e da capacidade do PT de tornar hegemônico o seu projeto de governo popular. Um fator positivo é que sendo os eleitores das capitais e das médias cidades os mais escolarizados, são os mais capazes de formar a opinião pública. Assim, o PT terá chance de continuar crescendo. Mas esses eleitores são também mais exigentes com respeito às políticas públicas e cobram mais das administrações públicas. Em todo caso, é na grande cidade onde as relações sociais são mais complexas e se desenvolvem as lutas simbólicas e políticas.

Diante do crescimento das oposições de esquerda, o governo FHC certamente investirá muito mais em propaganda e em programas sociais assistencialistas, visando recuperar a sua popularidade, podendo também investir na união de sua base de sustentação política, já bastante esfacelada. Mas poderá também entrar numa situação semelhante a da Argentina, o que é pouco provável, uma vez que a retomada do crescimento econômico, embora lenta, é uma âncora forte para atração dos capitais privados. A continuidade do crescimento econômico com a redução do desemprego é algo praticamente inatingível com o atual modelo econômico, mas certamente será uma tentativa como a grande cartada de FHC para se recompor perante a opinião pública, visando a eleição de 2002.

Em todo caso, o governo FHC esgotou suas chances

perante a opinião pública. Não terá mais novidades a fazer nos dois anos que lhe restam e não tem uma liderança política com chances concretas de se apresentar como candidato forte para enfrentar as oposições fortalecidas nesta última eleição.

Considerando um cenário positivo para as oposições, resta a difícil tessitura de uma aliança capaz de vencer a direita conservadora e eleger um candidato com o perfil desejado pelas classes populares. O mais difícil, entretanto, será eleger uma bancada progressista no Congresso capaz de governar, em união com um governo democrático e popular. Naturalmente, vencer estas dificuldades vai depender da articulação das forças populares, da unidade interna do PT e de cada um de nós, militantes e cidadãos preocupados com o futuro do País.

Se este cenário otimista for concretizado, poderemos pensar em reconstruir o projeto nacional com todas as suas fissuras de hoje. E na reconstrução de um Estado democrático e republicano, ainda vale a velha advertência de Furtado (apud Fiori, 2000) no que se refere aos planos das oposições populares contra o atual projeto liberal conservador, principalmente para o momento conjuntural que estamos vivenciando: *“O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”* (p. 55). Isto nos leva a refletir de imediato sobre a representação política e a participação direta nas decisões, que deve passar pela construção do socialismo democrático, aberto a todas as experiências de participação popular autônoma.

Neste aspecto, o maior desafio é como resgatar a força popular que foi tirada pelo desmoronamento dos sindicatos e pela destruição dos instrumentos de defesa e de organização dos trabalhadores e dos excluídos, ao mesmo tempo em que se criem defesas da ordem econômica e social contra a onda devastadora da globalização financeira. Neste ponto, a retomada do crescimento econômico autônomo é inadiável, aliada a uma política de emprego e de redistribuição de renda e de redução das desigualdades sociais e regionais, restaurando a capacidade de fazer política econômica soberana, na perspectiva de um projeto estratégico de desenvolvimento nacional. Para isto será preciso manter o controle dos fluxos de capitais, suspender o pagamento da dívida externa e renegociar a dívida interna, de forma a aliviar o orçamento para a realização de políticas públicas.

#### BIBLIOGRAFIA

**BACEN – Boletim do Banco Central do Brasil. Outubro, 2000.**

FIORI, J. Luís – A propósito de uma “construção interrompida”, In: Celso Furtado e o Brasil, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo - Globalização e Desnacionalização. Paz e Terra, Editora, São Paulo, 1999.

MANTEGA, Guido; REGO, J. Marcio – Conversas com Economistas II, Editora 34, São Paulo, 1999.

TAVARES, M. Conceição (Org.) - Celso Furtado e o Brasil. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

TEXTOS: Internet, Jornal O Globo e Folha de São Paulo.

**1 Cleide Bernal** é cearense, economista, professora da UFCE e sócia da EQUIP. Atualmente, doutoranda do IPPUR/UF RJ.

# O Nordeste que sai das urnas

## - Perspectivas de Participação Popular<sup>1</sup>

De 22 a 25 de novembro de 2000, foi realizado em Recife, no Espaço Frei Caneca do Convento do Carmo, o 13º Seminário Regional de Análise de Conjuntura promovido pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP).

Como reflexo da correlação de forças políticas e dos projetos de sociedade em disputa, os resultados das eleições municipais de 2000 foram debatidos por militantes e educadores(as) de movimentos e organizações sociais populares, além de assessores parlamentares, candidatos a vereador e vereadores eleitos por partidos ligados ao campo democrático popular. Os participantes vieram de todos os estados do Nordeste e muitos estão ligados a redes e articulações estaduais, compostas por educadores(as) - urbanos e rurais; jovens; e entidades que trabalham com políticas públicas.

De maneira global, o objetivo do Seminário foi compreender os resultados eleitorais, a política de alianças e as estratégias utilizadas nessas eleições, percebendo o impacto da ação dos movimentos sociais na conjuntura atual e as perspectivas de ampliação e consolidação do campo democrático popular na

construção do desenvolvimento e do poder local.

Durante o evento, observou-se o contexto nacional buscando entender a expressão e as relações do quadro nacional nas realidades locais dos participantes.

### O CONTEXTO NACIONAL

Uma constatação generalizou-se na opinião pública nacional: as oposições a FHC e ao projeto neoliberal de seu governo cresceram de forma espetacular nestas eleições. Nas 62 maiores cidades do país, com mais de 200 mil eleitores, os partidos de oposição conseguiram manter - ou eleger alguém do mesmo partido - em 13 dos 18 municípios que já governavam, ou seja, 72%<sup>2</sup>.

Ainda entre as 62 maiores cidades: 29 serão governadas pela oposição e têm um total de 19,391 milhões de eleitores. As 33 cidades da situação somam menos: 17,004 milhões de eleitores. A partir destas eleições, caberá às oposições a tarefa de governar 19.391.488 eleitores dos 36.395.884 existentes no País.

Só o Partido dos Trabalhadores (PT) elegeu 187 prefeitos e 2.485 vereadores em todo o Brasil, devendo governar 14.418.076

### DESEMPENHO DA VOTAÇÃO POR PARTIDO NO 1º TURNO

PARTIDOS	VOTAÇÃO NACIONAL	TOTAL		CAPITAIS ELEITAS	VOTAÇÃO CAPITAIS NE	CAPITAIS ELEIT/NE
		DE PREF. ELEITAS	VOTAÇÃO CAPITAIS			
PFL	12.973,54	1.027	3.369.637	3	1.083.302	1
PMDB	13.257,65	1.253	1.047.512	4	499.799	2
PPB	6.812,74	617	1.261.129	1	4.885	0
PSDB	13.518,35	987	2.111.283	4	363.935	1
PTB	5.803,42	397	1.023.056	1	38.578	0
PDT	5.611,89	287	875.861	2	344.055	1
PPS	3.506,62	164	586.241	0	295.684	0
PT	11.938,73	174	5.245.066	6	1.029.547	2
PSB	3.861,99	131	1.124.769	4	355.816	2

Fonte: Panorama dos Resultados das Eleições Municipais 2000 – EQUIP, novembro de 2000.

## DESEMPENHO DOS PARTIDOS NAS ELEIÇÕES DE 1996 E 2000

PARTIDO	Estados									T O T A L			
	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	NORDESTE		BRASIL	
	1996	2000	1996	2000	1996	2000	1996	2000	1996	2000	1996	2000	
PFL	73	64	11	31	59	46	13	19	125	404	441	934	1028
PMDB	52	47	11	55	83	44	17	15	32	326	357	1295	1254
PPB	10	25	10	37	14	6	3	2	42	139	149	625	617
PSDB	17	50	83	11	23	29	30	21	25	223	289	921	987
PTB	16	15	7	1	11	1	4	0	74	132	129	382	397
PDT	7	1	0	4	20	3	8	1	2	71	46	436	287
PPS	1	12	17	4	2	10	2	10	0	26	58	33	164
PT	2	1	2	1	2	4	0	2	7	9	21	110	187
PSB	05	2	3	6	1	32	13	3	6	113	90	150	133
<b>TOTAL</b>	<b>202</b>	<b>217</b>	<b>144</b>	<b>150</b>	<b>215</b>	<b>175</b>	<b>90</b>	<b>73</b>	<b>313</b>				

Fonte : Panorama dos Resultados das Eleições Municipais – 2000- EQUIP

Nota: A última linha da tabela não corresponde ao número exato de municípios existentes nos Estados porque outros partidos menores também elegeram prefeitos.

eleitores em seis capitais – Aracaju, Belém, Goiânia, Porto Alegre, Recife e São Paulo – além de cidades médias e municípios do interior. O PT é o partido com mais capitais sob seu comando<sup>3</sup>, com destaque para a capital paulista, tanto pela complexidade e tamanho da cidade, como por ser o maior orçamento municipal do País. Entretanto, vale ressaltar que o PT foi derrotado em 49 cidades, o que corresponde a 47% das prefeituras que já administrava, e não tem prefeitos e nem terá em quatro estados: Alagoas, Amazonas, Espírito Santo e Roraima. (1)

A tabela abaixo visualiza o desempenho da votação por partido, em âmbito nacional, no primeiro turno das eleições. A diferença entre a votação do Partido da Frente Liberal (PFL) e do PT, no Brasil, é considerável. Porém, causa espanto a diferença na quantidade de prefeitos eleitos por estas legendas, quando são observados os números da votação.

## O CONTEXTO REGIONAL

É no interior dos estados, principalmente na região Nordeste, onde o PFL mantém seu domínio, perpetuado por estruturas oligárquicas de dominação econômica e política, como podemos observar *comparando os números das duas tabelas*.

É sabido que, na região Nordeste, o processo de construção e consolidação de estruturas econômicas e políticas fez dessa região uma das mais excludentes do País. No campo eleitoral, o PFL, principal expressão política do poder das oligarquias, mantinha o seu domínio sobre o Estado, buscando evitar o papel ativo das camadas populares nas decisões.

A partir das eleições municipais de 2000, surge um novo desenho eleitoral da região Nordeste. Nesse sentido, observa-se a expressiva vitória dos partidos de esquerda, cuja proposta reside no esforço de isolar a política dominante, de caráter elitista e excludente.

Certamente, esse acontecimento eleitoral tende a configurar aquilo que Frei Beto qualificou de “rebelião ética do eleitorado”; ou mesmo “uma vitória política das forças populares”, como sugeriu Conceição Tavares (Folha de São Paulo, 05/11/2000).

Entre os partidos, os que apresentam maior crescimento no Nordeste são o PPS e o PT. O primeiro, tinha 26 prefeituras e, após as eleições de 2000, passa a ter 58. O PT conquistou nove prefeituras nas eleições de 1996 e passa a ter 21, incluindo duas capitais.

Proporcionalmente, a porcentagem de prefeitos reelitos, no Nordeste, da ordem de 48,2%, é superior àquela observada no País. Numa época de globalização, reforma do Setor Público, mudança

no formato das políticas sociais e da própria atuação dos partidos de esquerda, o resultado das eleições nos diversos municípios do Nordeste estimula a luta pela participação como uma estratégia de mudança da esfera pública. Além disso, aumentam as possibilidades de realização de projetos e parcerias, de modo que seja adequada a política de alianças - defendida pela esquerda - à prática política que já vem sendo desenvolvida, nesses últimos anos, em algumas cidades brasileiras administradas por partidos de esquerda.

## **NORDESTE – Forças Políticas Hegemônicas, Emergentes e Decadentes**

A análise produzida pelos participantes do Seminário foi pautada por dados oficiais e pela impressão de cada um sobre a conjuntura dos estados nordestinos. Com diversos painéis que apresentaram a situação nos estados, foram discutidas diferenças, semelhanças e particularidades. Neste momento do seminário, o trabalho foi organizado em grupos formados por três estados e, posteriormente, os(as) participantes continuaram suas análises trabalhando com eixos de aprofundamento, enfrentando aspectos presentes na conjuntura regional.

### **Resultado da Análise por Grupos**

- PE-PB-RN
- BA-SE-AL
- MA-PI-CE

### **Pernambuco**

A população presente nos maiores centros urbanos do Estado confirmou a vitória do campo popular. Com exceção do município de Caruaru, o impacto do discurso da participação e da ética na administração pública converteu Petrolina, Serra Talhada, Salgueiro e Recife em administrações do campo de esquerda.

Na cidade de Recife, a vitória do PT com a eleição do ex-deputado estadual, João Paulo, ao mesmo tempo em que revela o fracasso do projeto neoliberal de desmonte das estruturas administrativas e políticas do Estado, por meio da privatização e do abandono da sociedade, também estimula a participação popular através dos “Conselhos Setoriais” na elaboração e implementação das políticas sociais.

Em Pernambuco, o avanço da esquerda também foi verificado pela conquista ou manutenção de outras prefeituras, como os municípios de Abreu e Lima, Camaragibe, Cabo, Igarassu, Itapissuma, Olinda e Moreno.

Vale ressaltar que serão mulheres que governarão importantes, a exemplo de Serra Talhada, Salgueiro e Arcoverde. E na Região Metropolitana do Estado, a ex-deputada estadual pelo PC do B, Luciana Santos, estará no comando da prefeitura de Olinda.

A base governamental do PFL e de sua aliança com o PMDB perdeu força na Região Metropolitana da capital pernambucana, elegendo apenas quatro prefeituras: Paulista, São Lourenço da Mata, Ipojuca e Itamaracá. Contudo, permanece dominando e promovendo a exclusão social na maioria dos municípios do Estado.

Um dos fatos mais importantes ocorridos nessas eleições, em Pernambuco, refere-se à articulação das alianças no campo de esquerda. Essa articulação se deu de forma diferenciada, mas garantiu a consolidação da aliança entre o PC do B, o PT, o PPS e o PSB.

Por isso mesmo, nas formas de organização existentes e nas que vierem a ser instituídas, como o Fórum de Participação do Voluntariado, deverão acontecer importantes aprendizagens de gestão compartilhada, consolidando e ampliando a política vitoriosa de alianças, a fim de disputar a hegemonia neoliberal com alternativas concretas.

### **Paraíba**

A divisão interna tanto do PT como do PMDB, as duas forças mais representativas no estado, gerou uma forte polarização da direita que, neste estado, reúne o PFL, o PPB, o PTB e uma parte do PMDB; com o setor de centro-esquerda, que congrega o PT e setores do PMDB.

As alianças acompanharam a diversidade das situações políticas, havendo casos em que o PT participou de coligações com o PFL, ou com o PMDB, PSDB ou PTB, para colocar-se como oposição local. O PT venceu em duas cidades: Teixeira e Cabedelo. A segunda, uma cidade portuária com importância na realidade estadual.

Em João Pessoa, os movimentos sociais não aderiram à campanha do PT, apoiando o PSTU e o PCO. O candidato do PMDB venceu com 72% dos votos. Este percentual indica um forte apoio obtido nos setores organizados da sociedade. Para 2002, ainda deverá se manter a possibilidade das duas alianças : a de centro-esquerda, onde o PT se inclui, e a da direita.

No **Rio Grande do Norte**, as duas alianças hegemônicas, PMDB/PSB e PFL/PSDB, permaneceram inalteradas, mantendo a estabilidade da correlação de forças dominantes. Ainda assim, o PT apresentou crescimento, ora aliando-se ao PC do B, PCB e PDT, ora disputando com candidatura própria, dada a constatação do Partido da impossibilidade de ampliação da política de alianças. O PT elegeu um prefeito no município de Grossos, extremo noroeste do Estado.

### **Bahia, Alagoas e Sergipe**

Os participantes deste grupo optaram por fazer considerações mais gerais sobre a conjuntura política dos seus Estados.

Registra-se, nestes estados, a existência de forte polarização entre a direita e a esquerda, representada novamente pelo PT. Ocorreu crescimento da esquerda e/ou de forças populares e um certo “estremecimento” dos grupos tradicionais. Por outro lado, não se observa um projeto de esquerda que se articule com o conjunto das forças populares.

Permanece uma tendência da população de votar no candidato(a) e não na plataforma de governo e nas propostas partidárias. Nas capitais dos Estados da Bahia e Alagoas, ocorreu a reeleição dos prefeitos, respectivamente, Antônio Imbassahy, do PFL; e Kátia Born, do PSB. Foi surpresa, por ser no primeiro turno, a eleição do petista Marcelo Déda, para a prefeitura da capital de

Sergipe.

O **Maranhão** está, há mais de 30 anos, sob a dominação de uma única família, através do PFL, que, recentemente, aliou-se à segunda força política no estado, o PMDB.

O PSD no Maranhão surgiu após a separação de setores do PFL, e ora alia-se a outros partidos, ora não. Atualmente, este partido tem um número considerável de prefeituras.

O “campo popular” não obteve grandes avanços, mas a segunda cidade do Maranhão - Imperatriz - elegeu Jomar Fernandes (PT), que se destacou na Assembléia Legislativa e conseguiu retirar da direita um município. Na capital, São Luís, o partido que está à frente da prefeitura é o PDT, com o apoio do PFL.

As estratégias usadas por Roseana e sua família Sarney se expressam como uma aposta “modernizante” – apresentando-se como o “novo tempo”; com remodelação das políticas compensatórias e clientelismo; bom trânsito com os movimentos sociais e igrejas; cooptação de setores progressistas, inclusive da esquerda (PC do B e PDT); e iniciativas populistas. Todavia, o projeto econômico fecha com o ideário neoliberal.

No **Ceará**, houve forte avanço e efervescência das esquerdas, com a participação do movimento estudantil, dos movimentos de base e a formação de 118 comitês de bairro criados pelos moradores de Fortaleza. No segundo turno, contou-se com 6 mil fiscais voluntários. A direita reagiu, infiltrando-se no movimento, passando a usar bandeiras da esquerda.

As eleições foram marcadas por um forte componente religioso. A vice-prefeita eleita é da Igreja Universal e três das seis secretarias regionais estão com pessoas ligadas à mesma instituição.

Os setores de direita agiram de forma truculenta, com manipulação ideológica e de informações de pesquisas eleitorais. Por isso, o discurso anticomunista foi revivido, bem como a utilização da imagem negativa da administração de Maria Luiza Fontenelle (PT/1986). A propaganda antipetista ridicularizou pessoas, baseando-se em preconceitos sexuais e associando os/as candidatos/as com o demônio...

Os resultados demonstram que o PSDB aparece com o maior número de prefeituras e vereadores, e que a esquerda cresceu: o PT fez mais um vereador em Fortaleza, reafirmou sua presença na administração de Icapuí, retomou a prefeitura de Quixadá e fez o vice-prefeito de Sobral.

No **Piauí**, destacam-se os seguintes blocos políticos: um de direita conservadora, que faz oposição ao atual governador; um que congrega setores populistas e de centro esquerda; e um outro formado pelo PT e o PSTU.

Uma leitura crítica do desempenho da esquerda mostra que há contradições na política de alianças no campo democrático popular e que houve falhas na organização financeira e operacional. Os movimentos sociais populares não participaram ativamente da campanha eleitoral e não têm investido no trabalho de base.

O PC do B e o PSB, no plano estadual, estão alinhados com o programa governista neoliberal. As oligarquias predominam e estão representadas pelas famílias Freitas e Almeida; Paes Landim;

e Silva e Moraes.

O PMDB, que havia saído vitorioso em 1996, sofreu declínio nestas eleições. O PT regrediu, o PSB também, e o PSTU não elegeu ninguém.

## PRINCIPAIS QUESTÕES REVELADAS

### Consolidação do campo democrático popular

– no nível local e em sua dimensão nacional

Não obstante a clareza sobre os avanços referentes a uma maior participação popular, a realidade evidenciada no conjunto dos estados do Nordeste mostra, em primeiro lugar, uma grande diversidade de processos que dificulta uma articulação - não só no âmbito local - mas também regional e nacionalmente, deixando no ar certa perplexidade sobre a configuração do campo democrático popular e o processo de construção do *projeto global e local* de sociedade que interessa aos setores populares.

A conceituação do que seja este “campo democrático popular” - sua composição, as relações que mantém com movimentos, partidos e a sociedade em geral - e a formulação dos projetos de sociedade colocados em disputa ainda são insuficientemente elaboradas coletivamente. Além disso, a tessitura desse campo sugere uma certa fragmentação, uma vez que há um descolamento entre as definições partidárias em nível nacional e as disputas locais, fazendo com que o que é idealizado nacionalmente não se configure nos municípios.

O campo democrático popular pode ser compreendido como um conceito, que ajuda a pensar e definir estratégias, não sendo uma realidade existente. Outra forma de compreender é como uma movimentação social, a soma dos partidos de esquerda, os movimentos sociais e as ONGs, onde, de uma forma ampliada, cabe um conjunto de experiências, agrupamentos sociais diferenciados. Pergunta-se: um campo, com essas características, pode se evidenciar num momento eleitoral?

### Intervenção dos movimentos sociais populares no nível do poder local

A oportunidade de politizar o debate e dar visibilidade às propostas sobre o poder local, propondo planos e programas de governos municipais, utilizando o espaço da discussão eleitoral não foi devidamente aproveitada pelos movimentos sociais. Cabe aos movimentos sociais e às demais organizações populares a tarefa de imprimir um caráter educativo ao processo eleitoral, visualizando uma concepção de sociedade e o papel dos sujeitos sociais. Isso contribuiria para contextualizar o fenômeno da eleição no processo de construção política e partidária, considerando como referenciais as experiências recentes de participação popular na gestão de políticas públicas, de programas sociais e de construção do poder local.

Para tanto, faz-se necessário rever também os aspectos metodológicos e de conteúdo da prática educativa nos movimentos populares, pesquisar junto à população os conteúdos que interessam às pessoas discutir, esclarecer as raízes de seus problemas, revigorar o trabalho de formação, ligando as ações cotidianas a uma perspectiva mais ampla: a de poder construir a sociedade que se quer.

Apesar dessa fragilidade dos movimentos sociais, constatou-se uma força de ânimo e envolvimento maiores do povo, seja de forma organizada ou espontânea, em especial com relação a candidaturas populares no segundo turno, nem sempre vitoriosas, mas sempre significativas. Este comportamento social de “adesão espontânea”, mesmo a candidaturas - independentemente de partidos - provoca mais um aspecto da reflexão sobre o que se chama de campo democrático popular e revela também a insipiência da cultura partidária em nosso País e Região.

A formação de bancadas estadualizadas de vereadores, em todos os Estados do Nordeste; os números significativos de votos dados a estes partidos nas capitais do Brasil e do Nordeste; e a conquista de prefeituras de várias capitais e cidades de médio porte figuram como alguns dos indicadores que caracterizam avanços para os partidos do campo democrático-popular.

Em quatro capitais nordestinas - Recife e algumas de suas cidades metropolitanas, Aracaju, Maceió e Natal – uma votação superior a 1,5 milhão de votos para este campo político significa um grande referencial de mudanças em curso, igualando ou até superando forças tradicionais que sempre “*hegemonizaram*” a política no Nordeste, como o PFL e o PMDB.

#### **Estratégia da direita na campanha eleitoral de 2000**

Diferentemente do que ocorreu em eleições anteriores, o uso de simbologias religiosas na campanha eleitoral, em diversos lugares, significou uma estratégia da direita para preservar sua hegemonia sobre os mais pobres – os mais influenciáveis por este tipo de argumentação. Além disso, foi amplamente utilizada a manipulação ideológica de preconceitos arraigados na sociedade quanto a discriminações sexuais e de gênero, identificando-os a opções políticas progressistas.

A utilização da máquina estatal foi outro elemento decisivo na estratégia da direita para inviabilizar as candidaturas populares, assim como as tradicionais atuações do crime organizado e a corrupção.

Apesar do notório crescimento do campo popular nas grandes cidades, é igualmente visível o vazio nas cidades do interior do País, em especial no Nordeste. A Região continua votando em partidos governistas por decorrência da massificação da mídia; do elevado índice de analfabetismo; do acúmulo de necessidades vitais que submete as populações aos políticos tradicionais; e da fragilidade das informações acerca da real situação em que se encontra o País, bem como sobre as alternativas que estão sendo construídas. Estas desigualdades limitam a capacidade das populações de responder à altura.

A análise crítica desses processos e os resultados negativos que ainda persistem colaboram para a percepção de áreas de mudança na atuação dos movimentos sociais, mas predomina o sentimento de uma grande e justificada alegria com a vitória alcançada por partidos do campo democrático-popular no Brasil e no Nordeste.

#### **A retomada das mobilizações populares e os resultados eleitorais**

Em 2000, lutou-se por “outros 500”; realizou-se o

plebiscito sobre o não-pagamento da dívida pública; houve o Grito dos Excluídos, a moralização do processo eleitoral através da implementação da Lei 9840, a Marcha das Margaridas; expandiram-se as lutas de massa (sem terra, sem teto...). Chegou-se ao final do ano com o coroamento deste processo de lutas, conquistou-se um avanço significativo no campo da política, elegendo-se diversos prefeitos e vereadores, que se articulam com os anseios do povo por mudanças num País entregue a fraudes, narcotráfico e ao capitalismo neoliberal.

É, também, uma resposta - com caráter de plebiscito - da população ao governo “FHC”, que destruiu as instituições de defesa do trabalhador, entregou ao capital internacional as riquezas do solo brasileiro, vendeu a *preços de banana* as empresas estatais e, com a inserção subordinada à globalização financeira, expôs o sistema econômico à ganância do capital privado internacional. E, para completar a destruição de todo e qualquer projeto nacional, e manter o Real com elevadíssimas taxas de juros, desde a sua implantação, fez rolar uma dívida interna sem precedentes na história do País. (2)

#### **As Dívidas Externa e Interna**

FHC assumiu o primeiro governo com uma dívida do setor público em torno de R\$ 63 bilhões de reais, chegando hoje a R\$ 544 bilhões. E, para salvar o Real da crise de fevereiro de 98, teve que submeter o País ao monitoramento do FMI, contraindo uma dívida que hoje monta US\$ 233 bilhões (em 1996, a dívida externa era de US\$ 180 bilhões).

A vulnerabilidade externa do País no governo de FHC vem se agravando frente a diversos fatores. Além do endividamento externo, o elevado déficit nas contas de transações correntes do balanço de pagamentos provocado pela entrada massiva de capitais estrangeiros através das privatizações e das fusões e aquisições em escala global, além do deslocamento de investidores internacionais para os diversos segmentos da infra-estrutura econômica.

A desnacionalização econômica aumenta ainda mais a elevada vulnerabilidade externa do Brasil, principalmente porque a entrada de capital estrangeiro no setor de serviços, especialmente nos de utilidade pública, vão gerar pressões crescentes no balanço de pagamentos. Em segundo lugar, porque a entrada de empresas estrangeiras na prestação de serviços públicos, sob a forma de monopólio ou oligopólio, gera interferência de poder externo na esfera pública, sem o necessário aparato *regulatório*. Ainda mais porque essas empresas continuarão pressionando o balanço de pagamentos do Brasil, por meio das remessas de lucros e dividendos para o exterior, sem gerar contrapartida em receitas de exportação”. (3)

Assim, os resultados eleitorais, no sentido mais amplo, refletem longos anos de trabalho de milhões de protagonistas sociais, espalhados por todo o país e pelo Nordeste. Identificada muitas vezes como a “vitória da moralidade sobre a fraude”, a eleição carrega um significado mais profundo, embora nem sempre visível com toda clareza, que é a reação do povo ao modelo neoliberal, implementado pelos grupos hegemônicos capitaneados pelo governo FHC que, como vimos, traz conseqüências negativas para grandes faixas da população excluída. Esta conclusão é de fundamental importância

estratégica e precisa ser amplamente aprofundada e afirmada.

As experiências de sucesso nas administrações populares acumuladas pelo PT têm sido exemplares, irradiando confiança nas novas possibilidades de gestão da coisa pública e de construir o desenvolvimento a partir do poder local, tais como: o orçamento participativo, a bolsa-escola, o banco do povo, o médico de família e a renda mínima. Hoje, são 70 prefeituras que utilizam o orçamento participativo como política pública. A partir de 2001, 130 prefeituras devem adotá-lo, estimulando a participação cidadã e criando instrumentos de transparência na gestão pública.

Entretanto, os novos governos populares não ganharam automaticamente o poder - que precisa ser efetivamente construído - defrontando-se com as contradições do sistema capitalista neoliberal, sobre o qual não terão o controle em absoluto. Eles têm o desafio de disputar o poder, governar e fazer diferente o que se quer fazer, atraindo cada vez mais credibilidade e adesão, promovendo a cidadania e a democracia. Em diversos municípios, o desafio de colocar em prática o “modo petista de governar”.

### **Participação dos Movimentos Sociais Populares**

Cabe destacar a presença da juventude, de mulheres e de artistas em todo o processo eleitoral e na vida política, expressando as mudanças que vêm sendo construídas na sociedade, além do crescimento da organização de novos agrupamentos: mulheres, negros, jovens, homossexuais.

As mudanças na lei eleitoral permitiram uma maior presença de mulheres na disputa, principalmente para as câmaras de vereadores. Mas, mesmo contando com dispositivos legais que lhes garantiram vagas nas disputas eleitorais, nem todos os partidos conseguiram que mulheres preenchessem os espaços institucionais a elas reservados.

## **RECOMENDAÇÕES PARA AÇÃO DOS MOVIMENTOS FRENTE À CONJUNTURA**

### **Consolidação do campo democrático popular em nível local e em sua dimensão nacional**

- Construir um projeto nacional considerando as especificidades locais e regionais.
- Construir o campo democrático popular a partir de bandeiras que são elementos iniciais para um projeto nacional, tais como: combater o pagamento da dívida externa; investir numa proposta de reforma tributária redistribuída; revisão do processo de privatização.
- Fazer alianças programáticas para construção do Campo Democrático Popular.
- Investir nas políticas públicas e sociais, e outras.
- Articular atores sociais para garantir a sustentação do campo democrático popular.
- Valorização da cultura popular enquanto força na construção do campo democrático popular.
- Construir elementos de avaliação da prática e da adesão dos movimentos sociais e dos novos atores.
- Retomada da formação política como ponto de partida para

construção do projeto democrático.

- Priorizar investimentos para políticas sociais.
- Estimular a suspensão da dívida externa, com auditoria.
- Estimular a renegociação da dívida interna juntos aos bancos para adiamento sucessivo e redução de juros, objetivando viabilizar recursos para políticas sociais.
- Discutir propostas de reestruturação da SUDENE e do Banco do Nordeste.
- Lutar por crédito subsidiado para pequenas e micro empresas e rede de cooperativas e associações de produtores para que ganhe capilaridade.
- Resgatar experiências concretas de organização e enfrentamento da situação atual que apontam para um modelo econômico que interessa aos setores populares.

### **Intervenção dos movimentos sociais populares na esfera institucional, em nível do poder local**

- Utilizar todos os mecanismos legais para garantir a aplicação das leis.
- Promover abertura do movimento sindical para os Movimentos sociais populares.
- Fortalecer articulações dos MSP para intervenção nas Políticas públicas, definição e fiscalização das mesmas.
- Promover seminários locais de aprofundamento sobre as relações e desafios enfrentados pelos MSP com o poder local.
- Ocupar os espaços institucionais de participação popular.
- Qualificar e socializar as informações sobre as legislações que regem os Conselhos.
- Participação nos Conselhos: aprofundar o debate sobre o caráter da representação, em especial dos trabalhadores e dos movimentos (mais qualificada).
- Contribuir para articulação entre as prefeituras do Campo Democrático Popular (e parlamentares) na temática de participação popular.

### **Irradiação de experiências de êxito no aspecto da participação popular**

- Ocupar melhor as rádios comunitárias com entidades (Cipó, CEMINA, ANDI e ABRAÇO) de âmbito regional/nacional.
- Ação ofensiva na produção de boletins (fax, e-mail)
- Alugar canais de rádio e televisão visando produzir espaços de cultura e cidadania
- Reproduzir por todos os meios possíveis, os programas/assuntos da TV Senado.
- Usar espaços gratuitos nas comunidades virtuais (BOL, HPG, CJB, Geocities, Star Media), que dão de 3 a 5 Mb.
- Massificar as nossas experiências na BOL, HPG, CJB, Geocities, Star Media.
- Utilizar os instrumentos das audiências públicas nas Câmaras.

- Importância da educação política nos currículos escolares.
- Reeditar o mapa político do Brasil com o resultado das eleições 2000.
- Criar fóruns temáticos no âmbito parlamentar.
- Incentivar intercâmbios para conhecer experiências *exitosas*.
- Criar mecanismos de acompanhamento das gestões populares em nível regional, em seus diversos setores (saúde etc) e temáticas (violência etc)
- Criar espaços para discutir orçamento participativo, bolsa-escola etc, através da rede de educadores populares e Articulação em Políticas Públicas.
- Em cada reunião dos coletivos, convidar parlamentares para trocar experiências.
- Criação de indicadores sociais dos resultados alcançados nas experiências populares.
- Refletir a metodologia para atuar junto aos jovens e trabalhar os pontos temáticos dentro das reuniões das redes.
- Sistematizar as experiências: elaborar relatórios unificados contendo sujeitos envolvidos, benefícios das ações, referencial teórico etc.
- Reeditar a experiência do seminário de conjuntura pós-eleitoral 2000 nas nossas cidades de origem, utilizando teatro popular etc.
- Desenvolver uma cultura política cotidiana.

#### **•A vida dos movimentos sociais populares**

##### Organização interna

- Manter permanentemente o trabalho de base .
- Renovar permanentemente as lideranças.
- Capacidade de motivar a existência de novas lutas.
- Valorizar o potencial de organização e lutas dos MSP como referência de metodologia participativa.
- Garantir a rotatividade dos cargos nas direções do MSP.
- Valorizar a filiação das pessoas a partidos políticos.
- Desenvolver mecanismos para entender a cooptação de lideranças
- Usar uma linguagem adequada ao cotidiano das lutas [a realidade
- Fortalecer o espírito de voluntariado.
- Investir em estruturas de leveza hórizontais e democráticas, garantindo proporcionalidade /direções colegiadas/ construção de espaço em redes.
- Não hierarquizar o trabalho.

##### Organização geral

- Construir anualmente calendário unificado de lutas dos movimentos
- Ter claro o fio condutor das lutas [ campo democrático popular ].
- Construir estruturas de lutas nos níveis estadual e nacional.
- Garantir espaços de intercâmbio de experiências no movimento social popular.
- Construir metodologia de controle da gestão participativa a partir

da experiência.

- Ampliar a capacidade de elaboração de projetos de auto-sustentação.

#### **Relações com outros atores e espaços sociais**

- Cobrar das organizações a promoção de cursos de formação, a fim de qualificar a intervenção do movimento social popular.
- Promover momentos de formação política a partir de lutas específicas do movimento social popular.
- Melhorar a relação de parceiras com os sindicatos e lutas gerais dos trabalhadores.
- Ter clareza do papel e metas do movimento na relação com outras organizações sociais.
- Garantir a autonomia frente às gestões políticas.
- Estabelecer novas referências e valores da educação do povo brasileiro, colocando em pauta princípios das lutas sociais [ cidadania, gênero, nacionalidade, etnia].
- Repensar, nos Movimentos Sociais Populares, categorias como parceria, convênio, aliança.
- Repensar cooptação e as diferenças nas relações com administrações democráticas.
- Buscar conhecer experiências de sucesso de gestão municipal *in loco* (nas atividades formativas)
- Ir além da institucionalidade e da legalidade nas lutas.

(1), (2) e (3) – Sobre o Projeto Nacional depois das eleições 2000 – Cleide Bernal, Plenária Aberta do 13º Seminário Regional de Análise de Conjuntura, 24 de novembro de 2000, Recife, mimeo.

#### **PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO REGIONAL DE ANÁLISE DE CONJUNTURA**

##### Alagoas

José Nelson dos Nascimento, Ítala Keline Lima da Silva, Denize Alves da Silva, Maria Auxiliadora Menezes, Maria de Lourdes Barreto , Jorge Seixas Serapião.

##### Bahia

Ronaldo da Cruz Oliveira, Agnaldo Francelino de Cerqueira, Marivaldo Salles, Manoel Messias de Jesus Conceição, Josafá Ferreira da Silva, Cássia Margarete A. Santos, Luiz Mário dos Santos Araújo, Vanderléa Andrade Pereira, Luíz Mário de Araújo.

##### Ceará

Luciana Camila dos Santos Brandão, Clébia M. F. Farias, Antonio José Cunha da Silva, Maria Cleide Bernal

##### Maranhão

Raimunda dos Santos Silva, Raimunda Moreira da Silva , João Maria Van Damme, Maria José Pereira Costa, Roseane Gomes Dias, Neonília Viana Maia Alves.

##### Paraíba

Hildevânio de Souza Macedo, Maria das Graças dos Nascimento, Raimundo Augusto de Oliveira, Francisca Lucileide de Carvalho, Marcos Eduardo de Souza Bahia.

Pernambuco

Maria dos Prazeres Advíncula T. Corrêa, Maria Helena Rabadan Lamour, Maria Margarete Luiz de França, Hamilton Santos, Drance Elias da Silva, Cláudio Braga, Guilherme Alves de A. Melo, Henrique Cossart, Sofia Pinto, Neyde Nóbrega Nery, Genivaldo Bazílio da Silva, Lise Maria Braga Guimarães, Risadalvo José da Silva, Rita de Cácia Felipe Câmara, Ângelo Zanré, Maria Brígida Seabra.

Piauí

José Ferreira Lima, Ladislau João da Silva, Lucineide Barros Medeiros, Maria do Socorro Pereira da Silva, Luis Balbino de Oliveira.

Rio Grande do Norte

Anselmo Rodrigues da Silva, Carlos Teodósio.

SERGIPE

Aldeci de Oliveira Santos, Rosângela Marques Silva, Anderson dos Santos, Edivaldo Santana da Silva, José Augusto , Cristóvão de Santana.

1 Este relatório foi produzido por Neyde Nery a partir dos trabalhos de grupo e das plenárias realizadas durante o Seminário.

2 Folha de S. Paulo, 5/11/2000.

3 A partir de janeiro de 2001.

# Quem toma conta do dinheiro público no Brasil?

Paulo Rubem Santiago<sup>1</sup>

O mote principal dessa reflexão é traçarmos as projeções que podem acontecer com essa nova conjuntura pós-eleitoral. De que maneira este novo cenário pode significar um avanço nas lutas populares, na organização da sociedade civil, na conquista de bandeiras históricas dos trabalhadores, particularmente aquelas bandeiras que se inserem no cotidiano das cidades.

Nós saímos de uma eleição municipal. Embora tenhamos 12 anos de Constituição Federal, 11 anos de Constituições Estaduais e quase 10 anos das novas leis orgânicas dos municípios, é necessário lembrar que boa parte das nossas conquistas ainda está apenas nas cartas constitucionais. Eu tenho dito que se fossemos aplicar, automaticamente, o que se escreveu na Constituição Federal, nas Leis Orgânicas Municipais e nas Constituições Estaduais teria havido um salto de qualidade bastante expressivo numa década, desde as constituições até essa conjuntura do ano 2000.

Mas como nós conhecemos a história da formação do Estado Brasileiro (principalmente a história dos modelos de administração pública do Brasil) e como é que tem sido feito, historicamente, a cobrança de taxas e impostos; a gestão das finanças públicas e do patrimônio público; acabamos ficando com a velha pergunta: *quem toma conta do dinheiro público no Brasil?* Isto pra gente ficar apenas no plano da gestão pública, sem entrarmos nas relações privadas capital X trabalho, trabalho assalariado, mais valia, salário, emprego, desemprego do setor privado da economia, que seria um outro capítulo, mais detalhado. Vamos nos deter na esfera pública.

Nós disputamos o comando do orçamento de mais de cinco mil municípios no País. E os resultados demonstram que no campo dos partidos de esquerda, das alianças democráticas populares, se nós somarmos Belém, Goiana, Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, São Paulo e cidades de médio porte dos principais Estados, nós vamos ter, durante quatro anos, uma gestão, com a sociedade, de uma expressiva soma de recursos. Só em Recife, na ordem de R\$ 600 milhões.

Esses recursos estão em grande parte já vinculados às necessidades históricas da sociedade e da classe trabalhadora, como saúde, educação, políticas públicas na área da criança e do adolescente etc. Acontece que, em diversas cidades, não só a sociedade inseriu tudo isso nas Leis Orgânicas, mas também consolidou os Conselhos Municipais, os Conselhos da Saúde, da Educação, da Assistência à Criança e ao Adolescente, de Meio Ambiente, enfim. Alguns espaços foram consolidados e outros não, permanecendo apenas como “letra” da Constituição ou das Leis Orgânicas Municipais.

## MUDANÇA NO MAPA POLÍTICO E ELEIÇÕES 2002

Mas é necessário resgatar que houve uma mudança no mapa político-administrativo do País após as eleições municipais. E o que nos preocupa é de que maneira essa mudança, que ainda é incipiente do ponto de vista da escala administrativa, poderá interagir com a permanência das lutas sociais, da participação das Organizações Não-Governamentais, dos Movimentos Populares e dos Movimentos Sindicais, na construção de um novo modelo de desenvolvimento? Como poderá contribuir na construção de uma outra política de participação da sociedade na gestão dos fundos públicos e num acúmulo de forças pra que nós cheguemos às eleições de 2002 num outro patamar de disputa, de competitividade e de agregação de forças para vencermos as eleições presidenciais?

É claro que não podemos criar nenhuma exclusividade entre essa conjuntura e as eleições de 2002. Mas é um dado conjuntural que vai estar posto no dia-a-dia da sociedade e, necessariamente, nós temos que construir essa perspectiva, que significa a possibilidade de estarmos à frente do comando da Nação, das políticas, da gestão financeira, da gestão fiscal, de tudo o que a sociedade reclama.

Este quadro propriamente eleitoral fez com que se mantivesse, em diversas cidades, forças que já tinham governado por alguns anos, como no caso de Porto Alegre; ou retornado à gestão, de diversos municípios, vários prefeitos do PT. Surgiram alianças com os partidos de esquerda, como em Ribeirão Preto (SP); a eleição por mais um mandato de Celso Daniel em Santo André (SP); a reeleição de Paulo Santana, em Camaragibe (PE), o 5º mandato do PT em Capuí, no Ceará; a reeleição de Edmilson Rodrigues, em Belém do Pará; as surpreendentes eleições no 1º turno de Marcelo Deda, em Aracaju; a eleição de João Paulo, em Recife; de Pedro Wilson, em Goiana; entre outras cidades em que nós conquistamos para a sociedade poder discutir, deliberar e gerir as políticas públicas, os orçamentos, os fundos públicos.

Então, esse cenário, incluindo os resultados para as câmaras municipais e para as prefeituras de porte médio em várias dessas cidades, cria um alento, um conjunto de forças de movimentos e de lutas históricas dos trabalhadores.

## UNINDO FORÇAS

Vamos pegar o exemplo de Pernambuco. Em Recife, agora temos João Paulo, que vai ter a cabeça voltada para a gestão de R\$ 600 milhões por ano; em Camaragibe, tem Paulo Santana continuando

seu plano de trabalho; tem o Elias Gomes no Cabo; Luciana Santos, em Olinda. Nós estamos hoje à frente dos principais municípios da região metropolitana, que ao todo são 14 municípios.

Nós temos um conjunto de forças que têm história e tradição de luta, no campo democrático popular. A partir de agora, coloca-se em discussão a unificação dessas forças e a oposição mais conseqüente a esses governos estaduais conservadores. Abre-se uma possibilidade fundamental nessa conjuntura regional: se nós tivermos capacidade de, efetivamente, construir as aspirações que a população espera que a gente seja capaz de construir, então nós vamos poder aproximar João Paulo de Marcelo Deda (Aracaju) e de Edmilson Rodrigues, em Belém do Pará. Nós vamos poder transferir, entre as prefeituras, as conquistas, os avanços, os mecanismos pelos quais a sociedade controla o fruto do seu próprio trabalho, que é transferido sob a forma de impostos, taxas, contribuições etc. Avançando na gestão dessas cidades, construímos uma perspectiva de unificação dessas forças pra disputa no ano 2002 no plano regional.

Portanto, esta correlação de forças mudou e passou a colocar um cenário bastante especial nesse biênio 2001 e 2002. Isso passa a ter um significado especial a partir desse novo cenário regional, com uma maior proximidade da população, com avanço na discussão do Orçamento Participativo, das Políticas Públicas. Não é por acaso que os prefeitos conservadores são contra a vinculação dos recursos no Orçamento, porque se sentem amarrados. **E vincular recursos no Orçamento é atender às prioridades que a sociedade reclama.**

No Brasil, o povo está pagando imposto para o Estado financiar o capital financeiro. É necessária absoluta vinculação de percentuais da receita pública para o saneamento, para habitação. Porque, ou se entra nessa disputa, ou nos governos conservadores não vai haver amparo, inclusive no plano legal, para disputar o comando e a aplicação dessas verbas.

## O NORDESTE E O PROJETO NACIONAL

A questão regional tem toda expressão na questão nacional, no projeto de desenvolvimento deste País. Ela é emblemática no processo de desenvolvimento e na construção de um novo País. Pois tem sido exatamente esse espaço regional, no caso do Nordeste, que tem produzido a maior base de sustentação pra todos os regimes que se implantaram na última metade do século.

No século XX, a questão regional pouco foi tratada como uma questão nacional. Ficou restrita ao pensamento de algumas forças, de alguns intelectuais, de algumas lideranças políticas locais, excetuando-se o início da segunda metade desse século, quando se pensou o modelo de desenvolvimento acelerado. Foi o primeiro passo pra se pensar o modelo de modernização da Região, com o grupo de trabalho para o desenvolvimento do Nordeste, e daí a construção da SUDENE e toda a história do desenvolvimento regional, dentro de uma visão de incentivar a modernização dentro do modelo capitalista, pra através desse modelo de desenvolvimento, combater-se o atraso, a exclusão e o latifúndio.

Evidentemente que muito se fez, mas o que mais se

expressa nesta conjuntura regional é a permanência, em novos moldes, da velha disparidade entre uma elite econômica, que manipula e mantém a hegemonia política que representa o Nordeste; e uma grande massa de miseráveis, de excluídos, de empobrecidos, que vem tentando construir, resistindo à ditadura, aos governos civis, ao fracasso econômico. E que também vem tentando construir o seu espaço de intervenção pra cidadania e sua capacidade de pressão para interferir nas políticas de desenvolvimento, na gestão de recursos públicos, enfim, num outro modelo de desenvolvimento regional.

Há um trabalho de doutorado de uma professora da UFRJ, Iná Elias de Castro<sup>1</sup>, que se chama: "O Mito da Necessidade". Ela destaca a contradição entre o Nordeste como vítima abandonada do modelo de desenvolvimento concentrado no Centro-Sul - e daí a necessidade do Nordeste receber créditos, fundos públicos, investimentos, políticas compensatórias - e, ao mesmo tempo a permanência de um comportamento do Governo Federal, que transfere fundos públicos e executa políticas compensatórias, mas a gestão desses fundos vai para a mão da mesma elite que, no plano nacional, integra a classe dominante do nosso País.

Sendo sempre lembrada uma Região de muita pobreza, analfabetismo, doenças infecto-contagiosas e exclusão social, não é por acaso que a elite empresarial nordestina tenha dirigido, nos últimos anos, a Confederação Nacional da Indústria. Os últimos presidentes da CNI foram; Albano Franco, que é governador de Sergipe, e Fernando Bezerra, mega empresário, que é senador pelo Rio Grande do Norte, e ministro de FHC.

## SONEGAÇÃO E CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA

O movimento que se fez nesta eleição, coloca um novo elemento dentro dessa questão regional. Coloca uma nova perspectiva de que avanços, ainda que localizados, mas com repercussões para a periferia desses municípios somem-se às forças que a sociedade tem sido capaz de construir, por exemplo, quando se manifesta em defesa da participação popular nos orçamentos. Ou quando se manifesta no combate à sonegação fiscal; quando se manifesta, ainda de maneira muito incipiente, pelo combate à impunidade da corrupção administrativa, que cada vez mais se mostra como algo que concentra muito mais riqueza - até mais, no meu ponto de vista, do que a concentração de riqueza no setor privado.

Mas a sociedade civil e os movimentos, não despertaram pra esses espaços de luta em defesa da riqueza pública, porque na prática, quem pauta hoje os gastos públicos na esfera federal é o capital financeiro. Não é à toa que o projeto de orçamento no País, no plano da União destina 70.8%, pra despesa financeira.

Nós temos diversos casos em que a sonegação e a corrupção não conseguiram chamar ao enfrentamento os Movimentos Sindicais e nem os Movimentos Sociais. Eu tenho usado até uma figura irônica, que é a seguinte: do lado da Praça da República, aqui no Recife, está o Palácio do Governo, a chefia do Poder Executivo. E para lá vão os trabalhadores da Educação, da Saúde... Os profissionais da polícia militar acampam em frente ao

Palácio do Governo, fazem suas manifestações pedindo por melhores salários. Basta atravessar a Praça da República, e lá está o Poder Judiciário.

Quantas vezes o Movimento Sindical e Serviço Público pressionaram o Poder Judiciário pra executar a dívida dos grandes sonegadores de impostos? Quantas vezes o Poder Judiciário, aqui em Pernambuco, julgou, puniu e fez com que fossem ressarcidos os milhões desviados por prefeitos, principalmente agora com a questão do FUNDEF?

Então eu tenho dito que nós temos lutado pelo varejo e “eles” acumulam no atacado. A gente briga pelo miúdo e “eles” acumulam no graúdo. Então o acesso à essas prefeituras, a essa correlação de forças pode de forma definitiva mostrar a dimensão do dinheiro público que nós temos disponível neste País.

## **AS DIFICULDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Em 1999, participei de um programa de formação da CONTAG, em Garanhuns (PE), que reuniu cada sindicato rural cujos membros são conselheiros municipais de Desenvolvimento Rural, ou estão em conselhos municipais de outra natureza como representantes dos trabalhadores.

Uma constatação grave é que todos os espaços de participação da sociedade na esfera institucional, previstos na Lei orgânica, na Constituição do Estado ou até prevista na Constituição Federal, são hoje espaços polêmicos. Isso porque grande parte dos chamados conselheiros entra nos espaços sem nenhuma formação, sem saber o que é um plano plurianual ou o que é uma Lei de Orçamento Anual; sem conseguir interpretar o que é o acesso às contas públicas, sem ter noção como recorrer ao Ministério Público ou como denunciar ao Tribunal de Contas; e ainda sem entender o que é uma Ação Popular.

Então, os espaços estão garantidos, mas a capacitação para interferir, de acordo com os interesses dos trabalhadores, em geral não existe. É preciso entender que este movimento da sociedade colocou na mão de forças do campo democrático-popular diversas prefeituras. E isso já representa, por si só, um alento ao avanço da grande parcela excluída da sociedade, mas é preciso superar diversos limites.

## **A INSERÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DAS ONGs**

Como vão se inserir nesse contexto, os Movimentos Sociais? A inserção deve ser marcada pela permanência da mais absoluta independência. Não é porque elegemos o prefeito do PT, PSB, PC do B, que os Movimentos Sociais vão se inscrever como atores mais acanhados nesse processo institucional.

Pelo contrário, aí é que os Movimentos vão ter que avançar. Em primeiro lugar, exigindo a mais absoluta transparência, a mais completa socialização de informações, aproveitando essa situação favorável para investir maciçamente no processo de formação política, das lideranças, das suas militâncias, da base, da juventude que não tem política de educação voltada pra cidadania,

com coisas elementares como inserir na escola pública e no ensino fundamental um programa de educação tributária, que levasse conhecimentos sobre taxas, finanças, orçamento, recursos públicos. Nós tentamos aqui e fomos derrotados quando Arraes era governador e agora com Jarbas.

Esse e outros elementos poderão fazer com que a juventude não apenas conclua o ensino fundamental, e o ensino médio, mas tenha também condições de avançar na formação para a cidadania. Os Movimentos Sociais com consciência crítica vão ter que cobrar efetivamente a construção desses espaços nessa relação com os governos do campo democrático popular.

Essa conjuntura não vai montar uma coisa, desmontando outra. Não é porque ganhamos as prefeituras em Sergipe, ou aqui em Recife, que agora vamos tirar os quadros das ONGs, das Universidades, dos Sindicatos, da própria direção do Partido: “Sacode todo mundo na prefeitura e deixa lá na ONG, ou no sindicato, só o vigia tomando conta da sede”... Não é assim.

Os limites da gestão local também vão ser aguçados com a evolução dessa conjuntura econômica financeira, pautada pelo projeto neoliberal, com redução da disponibilidade de crédito, com massacre ao pequeno produtor, enfim total dependência da construção do País aos grandes interesses dos países internacionais.

A área de saneamento, a qual eu tenho me dedicado, é uma das mais graves situações de dependência e de abandono: o não investimento em saneamento ambiental vem provocando o aumento da mortalidade infantil, a proliferação de inúmeras doenças infecto-contagiosas, como cólera, dengue e etc...

Então, no município, temos condições de universalizar o ensino fundamental e de trabalhar pela universalização do atendimento básico a saúde da família e da população. Também é possível interferir com competência na questão do saneamento, na política diária do transporte, que mexe com o cotidiano de milhões de pessoas nessa região metropolitana. Estranhamente, tem sido nessas áreas, onde não há vinculação explícita (habitação, saneamento, transporte e vias públicas), que os prefeitos conservadores têm menos se preocupado em sanar os problemas da cidade.

Por isso é que eles são contra a vinculação dos recursos públicos: porque a vinculação retira das mãos das grandes empreiteiras a pauta dos gastos públicos e joga para aplicação da Lei, para o comprometimento da receita com as grandes demandas que a sociedade reclama. Então esses governos do campo democrático-popular, mais os Movimentos Sociais, as ONGs, a Academia, o trabalho voluntário e outros segmentos devem se somar nessa mesma perspectiva.

## **LIMITES E DESAFIOS**

Não está na pauta dos Movimentos a informação e a comunicação. Não há uma política de acesso da sociedade à informação. Toda entidade tem um computador *plugado* na Internet, tem acesso a meio mundo de informações, mas quem tem acesso aqui, atravessa a rua, vai pelo outro quarteirão, não se comunica. No entanto, as informações são essenciais na disputa pela formação

de opinião. Porque em Belém, Recife e Curitiba o PFL usou a mesma lógica no combate às candidaturas democráticas populares? Porque trabalha efetivamente *on line* e nós não, e somos surpreendidos com as manchetes, com os vídeos, com materiais sobre Belém, sobre Brasília e sobre outras cidades administradas pelo PT, enquanto os nossos adversários já vinham nos monitorando há muito tempo.

O avanço dos movimentos sociais como interlocutores da discussão das Políticas Públicas e da votação das leis orçamentárias, na fiscalização dos gastos públicos vão implicar em alguns desafios em 2001 e 2002. Retornar a base será um dos maiores desafios.

Sou de uma geração de sindicalistas onde o ponto de partida era a escola, para depois ser a assembléia da categoria. A estrutura da época era muito precária: éramos sete pessoas que formavam a diretoria de uma associação, sem direito à liberação das salas de aula, para cobrir todo o Estado de Pernambuco em pleno regime militar.

E o que percebemos hoje é que essa ótica está inversa: o movimento sindical combativo tornou-se uma instituição e, como consequência, perdeu a perspectiva de primeiro estar na base. Um jornalzinho, um carro de som substitui qualquer trabalho. Então, é preciso construir o retorno à base, principalmente para não deixar que este espírito eufórico da vitória das eleições desapareça como uma fumaça e depois tenhamos que procurar a lenha, o querosene e o fósforo para riscar só daqui a dois anos. Precisamos estruturar este aspecto na prática e retomar as discussões em torno das políticas públicas nas comunidades, encontrando a juventude que está ameaçada de perder sua identidade cultural e conseqüentemente se manter fora do contexto apaixonante de luta, de conflito, de denúncia, como as gerações de 20 e 25 anos atrás viveram nos anos 70 e outras décadas.

Essa necessidade, coloca especificamente para o Partido dos Trabalhadores, em detrimento de abordar os outros partidos, uma maior responsabilidade, por ter crescido e paralelamente ter abandonado a perspectiva de nucleação, entrando num processo de filiação de massa. Nós não crescemos apenas porque a conjuntura favoreceu, mas porque resistimos aos anos 80 vinculados à base, ao processo de formação. Hoje não temos mais os pelegos tradicionais no movimento sindical, mas temos companheiros que se estabeleceram dentro da estrutura do sindicato e vão se aposentar como dirigentes sindicais. Nós tínhamos companheiros no movimento popular e desapareceram, deixaram as comunidades praticamente acéfalas, sem militância, sem provocadores da mobilização, do debate, da reflexão. Então, esse retorno é importante pra consolidar esse processo de disputa.

A unificação das lutas também se faz necessária. Tomando o exemplo da política de agricultura. É preciso unificar a luta do campo com a luta da cidade, não com aquele velho chavão operário-camponês, mas para discutir, por exemplo, a política de educação que o campo necessita. Qual é o movimento sindical que senta com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura para discutir educação no campo? Temos o MST, a FETAPE, as Cooperativas, Trabalhadores em Educação da Rede Estadual,

sindicatos municipais em educação e nenhum deles se senta à mesa para discutir um projeto comum.

Outra perspectiva de unificação está na rede dos servidores públicos. Não funciona mais cada categoria puxar a corda apenas para o seu lado. Uma categoria entra numa luta mas não se senta com as demais categorias de servidores públicos para discutir outras matérias. Então a unificação nesse campo será importante, porque não teremos aumento de salário, de crédito agrícola para o pequeno agricultor, e recursos para investir em agricultura familiar, para investir em crianças e adolescentes, em habitação e saúde se não estivermos organizados para controlar a maior parte do dinheiro público. Ou já esquecemos que vivemos sob um regime capitalista onde a lógica fundante é a acumulação não só com o capital da esfera privada, mas com a apropriação do dinheiro público?

A cidade de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, arrecada, por ano, R\$ 80 milhões. Se fosse uma empresa seria uma das vinte e seis maiores do Estado. Pernambuco tem um orçamento anual executado de R\$ 5 bilhões. A maior rede de supermercados, teve um faturamento bruto, em 1999, de R\$ 2,5 bilhões em todo o país, enquanto que o Governo do Estado fatura da receita, taxas de impostos e transferências R\$ 5 milhões. Não somos um Estado pobre e temos uma gravíssima exclusão social, políticas públicas tratadas com descaso, migalhas, desmonte, abandono em nome do desenvolvimentismo. O que há como pauta do Governo é o velho mega-projeto da ditadura nos anos 70, como a Transnordestina, duplicação da 232, Porto do Suape, além de sermos o único Estado da federação que tem uma rodovia federal sendo duplicada com o dinheiro do patrimônio estadual. É a velha visão de que o público intervém para construir infra-estrutura para o capital privado beneficiar-se exclusivamente. Diante dessa abusiva realidade ou a gente unifica abrindo uma nova agenda para os movimentos sociais e servidores públicos ou vamos ficar brigando por migalhas enquanto eles acumulam cada vez mais com licitações fraudulentas, com dispensa de licitação, com contratos temporários de prestadoras de serviços etc.

Há outra questão bastante polêmica. Por que o funcionário público reivindica e negocia o seu pedaço de dinheiro em separado e o povo quando quer o seu (escola, transporte, calçamento de ruas, posto de saúde etc.) tem que ir para o orçamento participativo? Vamos acabar com esse privilégio e colocar o pagamento dos funcionários na mesma lógica do investimento da saúde, da educação.

Eu tenho defendido que o servidor público deve sentar-se à mesa pra discutir sua parte na receita pública como a comunidade discute sua parte na habitação popular, no ensino fundamental, no saneamento, na cultura, no orçamento para juventude. Esta separação historicamente está vencida. O movimento sindical no serviço público só teve sentido no momento em que resistimos à ditadura, recuperamos a liberdade, a autonomia sindical e o direito de sindicalização do servidor público. Mas hoje não tem sentido continuar, é uma irresponsabilidade, um egoísmo se contentar apenas em discutir o salário direto, pois saneamento, escola pública, habitação, transporte são salários indiretos.

Quanto a sociedade economizaria se dispusesse de um bom sistema de saúde, de escola pública de qualidade? Ora, se um sindicato é, pela sua própria natureza, um instrumento com mais condições e mais força do que uma associação de moradores, por que não fazer de sua luta uma discussão do serviço público, até porque quando se faz uma greve no serviço público é em nome da melhoria dos serviços públicos em educação, por exemplo, que são prestados à sociedade. E, será que durante os períodos entre greve a gente senta com os pais dos alunos para discutir a qualidade do ensino? Será que os funcionários dos postos de saúde se sentam com a comunidade para discutir sobre as filas quilométricas do atendimento para as consultas médicas e acesso aos medicamentos? Ou tudo isso só tem sentido na hora de vermos a nossa parte?

Outro grande desafio nesta conjuntura regional é a formação permanente no campo dos movimentos sindicais, sociais e populares. Tomei a liberdade de inserir algumas pautas obrigatórias. Por exemplo, as finanças públicas devem ser uma matéria obrigatória em qualquer programa de formação, viabilizando o acesso à informação sobre orçamento, leis orçamentárias, ao espaço de discussão e votação do orçamento anual, acompanhamento das contas e dos gastos públicos. Porque se a sociedade não fiscaliza a tendência “natural” é a elite se apropriar do que é público e privado. Essa tem sido a tendência natural. Quantos municípios tiveram prefeitos e presidentes de câmara denunciados por corrupção e qual a pressão da sociedade contra esses abusos na administração pública? Muitos são reeleitos e continuam se locupletando.

Para concluir, esse quadro eleitoral é favorável. No meu ponto de vista, há um avanço da luta pelas conquistas de emancipação da cidadania na maioria da sociedade, a conjuntura regional está equilibrada favoravelmente aos governos sociais, ao campo democrático e popular, abrindo caminho para ampliar-se em 2002. A correlação de forças também mudou, mas continua inferior, porque vivemos, em tese, numa federação, mas os municípios não têm efetiva autonomia administrativa. É por isso que fazem críticas à Lei de Responsabilidade Fiscal. São manifestações que avançam na direção da autonomia administrativa dos municípios, embora, sejamos a favor de um controle fiscal socialmente conseqüente.

Essa conjuntura pós-eleitoral é promissora, portanto, se tivermos a clareza de que é preciso recuperar os espaços perdidos pela nossa dispersão e pouco comprometimento com a formação. Porque efetivamente, com raras exceções, os movimentos sociais não trabalham a formação como questão preliminar. Às vezes, até publica-se muita coisa. Nos encontros do PT, da primeira a última banca é possível encontrar grandes variedades de livros e revistas, mas não existe uma política de leitura. E qual é o processamento daquela informação? Em que aquelas obras clássicas teóricas relatam experiências? Em que servem como objeto de reflexão coletiva e não individual?

Então, se conseguirmos superar essa tendência à dispersão e institucionalização dos movimentos, estaremos dando um salto de qualidade expressivo para 2002. Não existe nada absoluto nesta conjuntura pós-eleitoral: não significa que matematicamente vamos ganhar em 2002, não se trata de reação em cadeia. Tudo pode

ser diferente se não compartilharmos o desafio de ser governo em Recife (e em outros municípios), de ser partido, movimento sindical ou movimento popular mantendo a nossa autonomia e a existência concreta das instituições, sem ferir a nossa identidade.

**1 CASTRO, Iná Elias. O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino. Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1992, 247 p.**

# Sobre a idéia de Projeto Nacional

Carmen Silvia<sup>1</sup>

Fazendo uma rápida síntese dos elementos econômicos da formação social brasileira, destacando o fato do País ter iniciado como colônia de produção para sustentação da metrópole, o artigo revela como as elites que dominaram este país historicamente geraram a inserção do Brasil na economia mundial de forma subalterna.

No momento atual, marcado pela mundialização do capital, quais as possibilidades de construção do conceito de nação no nosso País? Quais as potencialidades que a idéia de nação apresenta para um processo de mobilização popular em torno de um projeto nacional de desenvolvimento com distribuição de renda?

Ao ver, cotidianamente, seres humanos mergulhados no líxio e tirando dele suas condições de sobrevivência, pergunto-me, não sem uma grande dose de angústia, se ainda não estamos vivendo a barbárie - que muitos cientistas sociais propagam como um risco - para a situação brasileira.

Foi a partir desta inquietação que me propus refletir sobre a idéia de um projeto nacional. A construção de um projeto nacional será debatida aqui como transformação social e não como uma elaboração teórico-política - que é também necessária - mas neste estudo será vista apenas como um elemento do esforço para mover a parte da sociedade interessada em mudança.

A idéia de nação, e em consequência, a de nacionalismo, será vista como elemento de identidade, como adesão a uma simbologia que pode ter força de mobilização. Esta questão me tomou de assalto a partir do curso Formação Social Brasileira, do professor Francisco de Oliveira, no qual o conceito de *formação* foi apresentado como referência a um processo auto-estruturante, marcado por tensões. *Formação* entendida não como um conceito passivo, mas como uma forma de compreender a dinâmica interna própria de um sistema, no qual os atores, mesmo quando dominados, têm voz ativa.

À luz deste curso, colocou-se a reflexão sobre o peso que tem para a construção de um projeto nacional o fato do Brasil ter sido fundado enquanto colônia de Portugal, no período histórico do movimento de expansão do capitalismo mercantil.

A conquista destas terras e a quase total dizimação dos povos indígenas baseou-se numa estratégia de colonização que deixou suas seqüelas. Francisco de Oliveira cita dois tipos clássicos de colonização e suas conseqüências mais comuns: *as colônias de povoamento*, cuja estratégia gerou povos com ideologia típica do "homem que se faz por si mesmo", como é o caso do Canadá, e *as colônias de produção*, baseadas na estratégia de aproveitamento dos recursos naturais e de produção para usufruto da metrópole, que seria o caso brasileiro.

Deriva daí a forma de enfrentar o problema do trabalho no Brasil. No momento em que, na Europa, o capitalismo passava da fase mercantil para a fase produtiva, com a organização fabril e o assalariamento, o Brasil está em pleno desenvolvimento do trabalho escravo. Isso implica numa relação - não de exploração, como no trabalho assalariado -, mas numa relação de posse, na qual é imposto ao outro uma dominação quase total.

Tanto a dizimação dos povos indígenas, bem como a reprodução da força de trabalho por meio da escravidão, são elementos da formação social brasileira que terão grandes impactos na cultura política predominante em nossa sociedade, hoje. Entretanto, para pensar os dilemas de um projeto nacional, centrado mais fortemente na formação econômica, interessa-nos o fato do Brasil ter tido a sua produção voltada, desde o início, para o exterior.

Um outro elemento relevante que constitui o quadro que emoldura a problemática de um projeto nacional, no Brasil, é a mobilização social a partir da idéia de nação. Refiro-me à efervescência atual dos movimentos que estão ocorrendo no mundo, de caráter nacionalista e étnico, que defendem revisão de território, adoção de língua originária e autonomia da nação.

A existência destes movimentos corporifica o entendimento de Hobsbawm<sup>1</sup> no sentido de que *nação* não pode ser definida apenas por critérios objetivos - língua, etnicidade, território e histórias comuns -, uma vez que estes são por demais mutáveis. Para o autor, a tentativa de definição de *nação* por critérios mais subjetivos também não responde ao problema: "Definir uma nação pela consciência que têm seus membros de a ela pertencer é tautológica e fornece apenas um guia *a posteriori* do que é uma nação<sup>2</sup>. Ou seja, é dizer por formas diversas, sempre a mesma coisa. Segundo Hobsbawm, os próprios autores desta abordagem subjetiva

reconheciam que as nações possuem elementos objetivos comuns. A nação, tal como concebida pelos nacionalistas, é uma idéia de futuro, mas a nação real só pode ser reconhecida quando existe<sup>3</sup>. Sinteticamente, a visão de Hobsbawm sobre *nação*, a qual tentaremos utilizar nesta reflexão, significa que os nacionalismos vêm antes das nações, e que “as nações não formam os Estados e os nacionalismos”, mas sim o oposto.

“As nações (...) são fenômenos duais, construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidos sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns, as quais não são necessariamente nacionais e menos ainda nacionalistas”<sup>4</sup>.

Hobsbawm reconhece a dificuldade, não obstante a necessidade, de trabalhar com a visão *dos de baixo*, e discute que a identificação nacional não suprime e nem sempre é superior a outras identificações constitutivas do ser social. A identidade nacional é mutável e pode deslocar-se em períodos de tempo bem curtos. Todo este resgate do pensamento de Hobsbawm tem em vista estabelecer as possibilidades do uso da idéia de nação e, mais ainda, demonstrar a importância de compreendê-la no interior de um processo historicamente dado.

Um terceiro elemento que contextualiza este debate é a atual situação do Brasil. Neste período de mundialização do capital - e de implantação, pelo Governo Brasileiro, de um projeto político que reforça a subordinação do País - surgem diversas iniciativas de discussão de um projeto nacional por parte de pessoas e organizações sociais vinculadas à perspectiva democrática na política brasileira.

Na leitura que Sampaio Jr.<sup>5</sup> faz deste momento histórico, a *transnacionalização* do capital reduz o grau de liberdade das economias dependentes de origem colonial de impulsionar o processo de consolidação dos seus Estados nacionais. Este autor descreve a situação brasileira caracterizando-a pela exaustão do modelo de substituição de importações; estagnação da renda *per capita*; obsolescência das forças produtivas; enfraquecimento do capital das empresas nacionais e desmantelamento do Estado desenvolvimentista. Estas características acarretariam riscos para a continuidade da nação. Sampaio Jr. acrescenta ainda a reversão do processo de formação de um mercado de trabalho nacional; a ruptura das bases materiais que sustentavam as correntes migratórias; a segmentação do espaço econômico entre regiões de prosperidade e regiões de estagnação; e a ruptura dos fundamentos do pacto federativo, isto é, do consenso burguês em torno da necessidade de industrialização do País e do medo da sublevação popular.

Do ponto de vista cultural, o projeto implantado no Brasil deteriora vários elementos de referência nacional e do ponto de vista econômico reforça o capitalismo dependente. Neste momento, torna-se mais importante ainda o debate sobre o projeto nacional. Partidos políticos de oposição, organizações não-governamentais e movimentos sociais têm retomado o tema, talvez com intuito mobilizador, para enfrentamento desta situação. Destaca-se, neste quadro, o movimento que ficou conhecido como “Consulta Popular”

<sup>6</sup>, a reunião de diversas pessoas, intelectuais e dirigentes de organizações do campo da esquerda, com o intuito de pensar o Brasil e construir uma mobilização social em torno do debate de um projeto nacional. A novidade é que, este movimento, iniciado no segundo semestre de 1997, não se apresenta somente com uma vinculação à perspectiva eleitoral.

A importância deste movimento deve-se também a sua grande penetração em movimentos sociais populares e em setores da Igreja Católica. Pretende resgatar antigos princípios e valores caros aos novos movimentos sociais e às Comunidades Eclesiais de Base, no período da redemocratização brasileira. Para este grupo, a dicotomia que está colocada para o Brasil é entre *nação* e barbárie, também chamada “*não-nação*”.

Este movimento da “Consulta Popular” pode ser questionado com base na discussão dos riscos de uma mobilização que seria nacionalista e em detrimento da perspectiva de transformação socialista. Ainda assim, é, junto com os outros dois elementos anteriormente citados - as características iniciais da formação social brasileira e a onda de movimentos étnico-nacionalistas - um elemento importante para situar o debate da construção de um projeto nacional. A questão exige recorrer aos estudos clássicos sobre a sociedade brasileira e a discussão da relação possível entre capitalismo dependente e formação da nação.

## CAPITALISMO DEPENDENTE E FORMAÇÃO DA NAÇÃO

Para fazer a reflexão sobre a superação da dependência, elemento que me parece central para consolidar a nação com autonomia, é importante observar a linha de abordagem desenvolvida por Sampaio Jr.<sup>7</sup> no livro “Entre a Nação e a Barbárie - Os Dilemas do Capitalismo Dependente”. O autor trabalha a partir da seguinte problemática: as estruturas e dinâmicas responsáveis pela perpetuação da dependência; a compatibilidade entre dependência e processo de construção da nação; e as rupturas históricas indispensáveis para superação da dependência, quando, frente ao perigo da barbárie, esta ruptura se torna inadiável.

Sampaio Jr. discute a natureza contraditória dos nexos entre capitalismo e formação do Estado nacional com base nas contribuições de Caio Prado e sua “*elaboração sobre a incerteza estrutural como responsável pela instabilidade econômica*”. Apóia-se em Florestan Fernandes e na sua discussão de “*estabilidade sem desenvolvimento associada à noção de revolução burguesa atrasada*”. O diálogo que estabelece com o pensamento de Celso Furtado se faz a partir do aporte sobre “*teoria do desenvolvimento e a modernização dos padrões de consumo das elites*”.

Caio Prado, no seu “Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica” desenvolve uma teoria do desenvolvimento que trata dos problemas específicos das nações emergentes. Na obra “História Econômica do Brasil”, Prado apresenta um resgate histórico do processo econômico de formação do País. Com base nesta contribuição, Sampaio Jr. formula o problema em termos de saber como o tipo de vínculo do capitalismo com o espaço econômico nacional e com a força de trabalho condiciona a organização da

produção e a conjuntura mercantil. Na leitura dele, o enfrentamento desta questão por Caio Prado leva em conta alguns aspectos: mobilidade espacial dos capitais - que determina o grau de volatilidade da relação do capital com o espaço econômico nacional; e o modo de organização do mundo do trabalho, que condiciona a natureza do processo de mercantilização.

Caio Prado registra a existência de três economias que caracterizariam a formação capitalista mundial: a economia capitalista nacional, que tem força própria e existência autônoma; a economia colonial, que produz para a metrópole; e as economias coloniais em transição, isto é, as que possuem independência política, mas sem autonomia. Nesta última está situado, pelo autor, o caso brasileiro.

Celso Furtado estuda as relações de causa e efeito entre expansão das forças produtivas e modernização dos padrões de consumo. Coloca-se, na leitura de Sampaio Jr., a questão sobre de que modo a disputa pela distribuição do excedente social entre salário e lucro condiciona a capacidade de a sociedade nacional ajustar o movimento de acumulação de capital à finalidade de assegurar a máxima eficiência do sistema econômico nacional.

Para ele, a vitalidade do processo de acumulação depende das conseqüências do progresso técnico sobre a produtividade do trabalho e dos efeitos de médio e longo prazo sobre a distribuição do excedente. “Por esta razão, a escolha de tecnologia não pode ser desvinculada da prioridade relativa que a sociedade atribui em cada momento histórico ao aumento da riqueza social ou à sua distribuição”<sup>8</sup>.

Furtado apresenta alternativas para ampliar o grau de liberdade das sociedades dependentes: mudar a qualidade de suas necessidades sociais; escolher entre introduzir tecnologias de última geração ou difundir técnicas já conhecidas; modificar o modo de participação no capitalismo mundial reduzindo as influências externas; alterar os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho mediante a reforma agrária; além de redução da jornada de trabalho, regulação dos fluxos demográficos, etc.

A contribuição de Florestan Fernandes para pensar a formação social brasileira é muito vasta. Ele descreve como o padrão de dominação condiciona o processo de acumulação, colocando em evidência as bases sociais e políticas do desenvolvimento, o que significa dizer que não existe um único padrão intrínseco ao capitalismo. Ele tipifica três tipos de revolução burguesa: a “clássica”, a “via prussiana” e a “atrasada”, situando neste último tipo o caso brasileiro. E afirma: “(...) Ao se apelar para a noção de ‘Revolução Burguesa’ não se pretende explicar o presente do Brasil pelo passado de povos europeus. Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam como e porque se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social. Em suma, a ‘Revolução Burguesa’ não constitui um episódio histórico. Mas, um fenômeno estrutural, que se pode reproduzir de modo relativamente variável, dadas certas condições ou circunstâncias, desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-

social. Por isso, ela envolve e se desenrola através de opções e de comportamentos coletivos, mais ou menos conscientes e inteligentes, através dos quais as diversas situações de interesses da burguesia, em formação e em expansão no Brasil, deram origem a novas formas de organização do poder em três níveis concomitantes: da economia, da sociedade e do Estado”<sup>9</sup>.

Segundo Florestan, a criação no Brasil da sociedade nacional ocorre no período da consolidação do capitalismo, abrangendo duas fases: a ruptura da homogeneidade da “aristocracia agrária” e o aparecimento de novos tipos de agentes econômicos, sob a pressão da divisão do trabalho em escala local, regional ou nacional<sup>10</sup>.

A criação do Estado nacional independente não foi apenas uma questão legal que permitiu adotar instituições mais modernas e eficientes. “Ele também representou a conquista de uma escala mínima de regularidade, de segurança e de autonomia na maneira de pensar o presente ou o futuro em termos coletivos”<sup>11</sup>.

No que diz respeito às clássicas tarefas burguesas capazes de impulsionar o desenvolvimento nacional, pode-se registrar a noção de solidariedade de classe que “articula mecanicamente, no mesmo padrão de dominação econômica, social, cultural e política, interesses capitalistas nacionais e estrangeiros, convergentes e divergentes, mais ou menos conservadores e mais ou menos liberais, variavelmente compartilhados pela grande, média e pequena burguesia e pela enorme massa de pessoal estrangeiro das filiais das corporações e outras empresas estrangeiras”<sup>12</sup>.

Nesta perspectiva, em situação de capitalismo dependente, a burguesia utiliza todos os seus recursos para manter a revolução nacional nos estreitos limites de seus interesses e valores de classe. “Elas (as burguesias) se tornam, em suma, os agentes humanos que constroem, perpetuam e transformam o capitalismo dependente e subdesenvolvido, levando a modernização para a periferia e adaptando a dominação burguesa às funções que ela deve preencher para que a transformação capitalista não só possa reproduzir-se em condições muito especiais, mas, ainda, tenha potencialidades estruturais e dinâmicas para absorver e acompanhar os ritmos históricos das economias capitalistas centrais e hegemônicas”<sup>13</sup>.

Florestan Fernandes estuda o papel da luta de classes no desenvolvimento nacional, caracteriza os processos pelos quais a situação de dependência condiciona os mecanismos de apropriação e utilização do excedente social, bem como os dinamismos políticos que limitam o raio de manobra da política econômica e conclui que, na situação brasileira, o contexto histórico-estrutural compromete a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista e democracia social.

## **AS POSSIBILIDADES DE CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO NO BRASIL**

O Brasil teve origem colonial, adquirindo depois sua independência e, posteriormente, transformando-se em república sem um processo revolucionário de massas generalizado. Hoje, o País enquadra-se no que chamamos de periferia do sistema, isto é,

vive uma situação de capitalismo dependente, subordinado aos países de capitalismo central. Nesta época de mundialização do capital, agravou-se a situação de dependência, o que faz com que alguns analistas considerem que não se pode mais falar em termos de nações e sim de mercados emergentes. Além de ser profundamente ofensiva esta terminologia, faz-se necessário considerar outros critérios, objetivos e subjetivos, de constituição da nação que não sejam apenas econômicos, como: a língua, o território, a cultura de um povo e a sua identidade.

Hobsbawm<sup>14</sup> ajuda a compreender *nação* como um construto social, um processo histórico, cujos elementos fundantes estão em constante mutação. Parece óbvio que a nação hoje não pode mais ser vista com a mesma força nascente do século passado ou do período logo após primeira guerra mundial. A situação geral do mundo é outra. É verdade que a economia se *transnacionalizou*, com base em capitais voláteis e a informação é distribuída em escala mundial numa rapidez estonteante. Mas é fato que muitas culturas locais têm se fortalecido e utilizam para isso, muitas vezes, os seus referenciais étnicos e nacionais.

A questão que se coloca para o estudo do caso brasileiro é discutir as possibilidades de desenvolvimento capitalista autodeterminado, considerando os dilemas de nossa formação econômica dependente. Interferem nesta discussão, mas infelizmente não poderei tratar nos limites deste artigo, todos os componentes da nossa formação social, e não apenas econômica, como a escravidão e suas seqüelas na mentalidade autoritária e intolerante que predomina na nossa cultura política.

A discussão das alternativas possíveis para sair do impasse deve considerar, como premissa básica, que o desenvolvimento dependente é determinado tanto pelo caráter do impacto das transformações do centro sobre a periferia, quanto pela resposta que é dada pelas forças sociais internas. Interessa, portanto, considerar a capacidade e o interesse da burguesia brasileira de enfrentar os ditames do centro desenvolvido sobre um projeto nacional. Isso implicaria, parafraseando Fernandes, em cumprir as tarefas clássicas da revolução burguesa, o que não parece ter acontecido no Brasil, uma vez que, por exemplo, não vivenciamos nenhuma reforma agrária ou urbana.

A conclusão de Sampaio Jr. é de que as contradições entre capitalismo dependente e manutenção do Estado Nacional são irreconciliáveis e podem levar o Brasil à barbárie. Ele evoca os pensadores já citados para discutir o processo de superação e os nós que devem ser desatados para superar a dependência e o subdesenvolvimento. Do meu ponto de vista, esta conclusão restringe a nação à questão econômica. Quero dizer com isso que não me parece irreconciliável a existência de um Estado nacional e a mundialização do capital. Então, o que me parece ocorrer, é que este novo tipo de Estado perde a sua força como impulsionador de desenvolvimento nacional autônomo.

Para Caio Prado, a questão que se coloca frente ao dilema “capitalismo dependente e estado nacional” é entre imperialismo e nação. Prado constrói a idéia da revolução nacional que, para ele, só será possível com um amplo movimento democrático de massas

urbanas e rurais. São tarefas da revolução nacional: combater as barreiras à expansão do consumo mudando o estatuto do trabalho, absorvendo a mão-de-obra; assegurar a autonomia do espaço econômico nacional, com a constituição de uma base empresarial vinculada à produção para o mercado interno. E além disso, desenvolver as necessárias reformas sociais: reforma agrária, mercado interno, a livre iniciativa; controlar o capital externo; ter uma política distributiva que democratize o acesso à renda. Todas estas medidas podem ser sintetizadas na idéia de que o capitalismo pode cumprir uma missão *civilizatória* e promover uma inserção virtuosa na economia mundial.

Para Celso Furtado, o dilema é entre modernização e nação, sendo necessário desenvolver as bases técnicas e culturais de um sistema econômico nacional. A premissa necessária para isso é um poder político capaz de subordinar a economia aos desígnios da sociedade nacional. Isso implica em redefinir o modo de participação no sistema econômico mundial em função das prioridades estratégicas da nação. As tarefas que estariam colocadas seriam as reformas capazes de integrar a população no desenvolvimento; enfrentar a pobreza absoluta, que permita a redistribuição de renda e a criação de um parque industrial para o mercado interno. Resumidamente, isto quer dizer: eficácia econômica e bem estar social; a presença estratégica do Estado planejador e a participação da iniciativa privada como agente dinamizador.

Em relação às novas tecnologias, Furtado defende que antes de recorrer ao patrimônio tecnológico mundial é necessário avaliar o impacto sobre a estratificação social e o sistema de poder. Estabelece também como aspectos importantes o equilíbrio da balança de pagamentos, a existência de mecanismos estáveis de financiamento do setor público e o não comprometimento da autonomia do sistema monetário.

Florestan Fernandes discute o problema em torno do dilema “dependência *versus* nação” e propõe a revolução nacional como negação da dependência e a revolução socialista como negação da negação. Para ele, a ruptura com o capitalismo é um processo de luta política, ainda não madura no caso brasileiro.

Para Sampaio Jr. “nas sociedades emergentes que ainda não completaram o ciclo de consolidação do seu Estado nacional, tal processo significa: criar os requisitos materiais, socioculturais e morais indispensáveis para que a sociedade tenha acesso às estruturas e dinamismos econômicos de seu contexto *civilizatório*. O desafio consiste em universalizar a ordem social competitiva em todo o território nacional, consolidar a internalização de forças produtivas tipicamente capitalistas e cristalizar um padrão de dominação totalmente subordinado aos interesses da burguesia industrial”<sup>15</sup>.

Na perspectiva de Sampaio, o contexto histórico indica duas revoluções antagônicas: a burguesa, com afirmação do capitalismo dependente; e a outra, dos *de baixo*, que rejeita a dependência e o capitalismo, o que torna a dinâmica da revolução burguesa contra-revolucionária.

Nas palavras de Fernandes, citado por Sampaio jr., “revolução e contra-revolução constituem, por conseqüência, duas

faces de uma mesma realidade. Sob a guerra civil latente, a pressão autodefensiva da burguesia pode ser contida nos limites da legalidade. Por sua vez, o contra-ataque proletário fica circunscrito à defesa de sua autonomia de classe e de sua participação coletiva no sistema de poder burguês”<sup>16</sup>.

Vendo por este ângulo, parece-me que levar a revolução democrática e nacional às últimas conseqüências, isto é, fazê-la cumprir com as tarefas típicas de revolução burguesa, colocaria em risco a própria sobrevivência do sistema capitalista. Digo isso em referência às características do desenvolvimento capitalista brasileiro e, de forma geral, em relação à forma como a burguesia constrói as bases do seu poder, tendo claro que, para ela não há interesse em romper com o capital internacional e galgar um caminho autônomo.

Faço minhas as palavras conclusivas de Sampaio Jr., quando se refere ao trabalho de Florestan Fernandes: “*Ao mostrar como o contexto histórico-estrutural compromete a possibilidade de conciliar desenvolvimento capitalista e democracia social, seus estudos sobre os dilemas da revolução burguesa atrasada evidenciam que só um amplo movimento político, que seja capaz de cristalizar uma aliança entre as classes operárias e os setores marginalizados da sociedade, seria capaz de congrega a força social necessária para impulsionar a ruptura com a dependência e o desenvolvimento*”<sup>17</sup>.

## E então?

A situação atual do Brasil, marcada pelas seqüelas de implantação de um projeto político que reforça a dependência em relação aos países capitalistas centrais e faz crescer, cada vez mais, os indicadores dos graves problemas sociais, exige uma elaboração consistente sobre as possibilidades de elaboração e efetivação de um projeto nacional capaz de gerar desenvolvimento com distribuição de renda.

Pensar em termos de *nação*, conceitualmente, coloca a reflexão sobre autonomia e soberania nacional. A questão que se coloca é: como construir esta possibilidade na era da mundialização do capital? Sendo o Brasil um país que gira na órbita conhecida como “capitalismo periférico” será possível pensar em ruptura com a situação de dependência e ainda continuar um processo de desenvolvimento capitalista? Do ponto de vista político, com certeza, o Brasil seria alvo de retaliações e bloqueios, mas do ponto de vista puramente econômico, de desenvolvimento das forças produtivas; de mercado interno consumidor; e de organização da força de trabalho, seria possível manter um desenvolvimento capitalista autônomo? São questões para reflexão que não podem ser respondidas apenas no âmbito deste trabalho. Exigem muita elaboração teórico-política e, mais ainda, a penetração disso em um amplo movimento de massa que se coloque na perspectiva da transformação revolucionária. Inspirada em Florestan Fernandes, arriscaria dizer que esta revolução seria “democrática-nacional” em relação à ruptura que faria com o passado e com as forças econômicas externas; e “socialista” em relação ao que fazer para garantir vida autônoma a um país das proporções do Brasil.

Nesta perspectiva, o resgate do sentido de nação, no

sentido de identidade de um povo e de criérios objetivos que a configuram, pode ser uma contribuição para um processo mobilizatório capaz de reunir diferentes sujeitos sociais em torno da idéia de desenvolvimento nacional com distribuição de renda. Seria necessário, entretanto, ver nação, não a partir do conflito periferia *versus* centro; Brasil *versus* grandes potências. Mas pensá-la com base no fato das elites brasileiras manterem um projeto de reforço à dependência.

Isto significa pensar o processo de consolidação da nação brasileira a partir dos de baixo, das necessidades e interesses daqueles que mais sofrem com a subordinação do Brasil, com a extrema vinculação da burguesia nacional ao capitalismo central.

O debate sobre projeto nacional, é, portanto, uma possibilidade de aglutinação e de retomada da elaboração sobre a formação social brasileira. É uma oportunidade de alargar o campo de reflexão para além da política econômica, tentando compreender os elementos sociais e culturais importantes para conformação de um projeto de país. Um projeto que não se restrinja à elaboração, mas que, como processo de construção permanente, seja capaz de impulsionar um amplo movimento de massas, que coloque na agenda política o enfrentamento da barbárie já instalada no País.

## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

1. SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie - Os Dilemas do Capitalismo Dependente*. Petrópolis -RJ, editora Vozes, 1999.
2. FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica*. 3ª edição. Rio de Janeiro, editora Guanabara, 1987.
3. HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780 - programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, editora Paz e Terra, 1990.
4. FURTADO, Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1971.
5. BENJAMIN, César (org.). *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro, editora Contraponto, 1998.
6. PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª edição. São Paulo, editora Brasiliense, 1998.
7. PRADO Jr., Caio. *Esboço dos Fundamentos da Teoria Econômica*. São Paulo, Brasiliense, 1957.
- 1 HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780, programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.
- 2 Idem, p. 17.
- 3 Id. idem, p. 18.
- 4 Id. p. 20
- 5 SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a Barbárie - Os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- 6 BENJAMIN, César (org.). *A Opção Brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1998.
- 7 SAMPAIO JR., 1999.
- 8 Idem p. 75.

**9 FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa do Brasil - Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1987, p. 21.**

**10 Idem p. 27.**

**11 Id. Idem p. 59.**

**12 Id. P 305.**

**13 Id. P. 309.**

**14 HOBBSAWM, 1990.**

**15 SAMPAIO Jr, 1999. P. 157.**

**16 FERNANDES, apud Sampaio, 1999, p. 163.**

**17 Idem, pg 167.**

<sup>1</sup> Carmen Sílvia tem 36 anos, é maranhense, jornalista, mestre em "História e Filosofia da Educação" pela PUC (SP). Atualmente, cursa o mestrado de Políticas Públicas, pela UFMA, e trabalha como educadora da EQUIP no Programa de Educação Popular.

Este texto foi elaborado durante o curso "Formação da Sociedade Brasileira", ministrado pelo Prof. Francisco de Oliveira, no Mestrado em Políticas Públicas, da UFMA, em maio de 2000.



**Escola de Formação  
Quilombo dos Palmares**

Rua Inajá, 117 - Coqueiral - CEP 50791 -060 Recife (PE) Telefax: (81) 3455 2517 - e-mail: [equip@truenet.com.br](mailto:equip@truenet.com.br)